

## José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração\*

### I

Em Portugal têm sido muito poucos os estudos históricos pormenorizados acerca da burguesia ou de indivíduos caracterizáveis como «burgueses». Não obstante, «burguesia» ou as suas «fracções» são categorias analíticas cujo emprego na moderna historiografia sobre o século XIX não só tem sido frequente, como tem assumido um papel fulcral em muitas interpretações da nossa história económica e social contemporânea<sup>1</sup>. Daqui tem resultado uma utilização destes conceitos nem sempre tão esclarecedora como se poderia desejar. Consequentemente, para além da necessidade de rever a metodologia para a definição das classes sociais portuguesas oitocentistas<sup>2</sup>, não se pode continuar a manter a «burguesia» como uma categoria operativa, sem que se façam esforços para preencher o vazio de conhecimento do concreto em que o seu uso se deve alicerçar. Caso contrário, persistirá a excessiva fluidez na sua caracterização em subgrupos e na clarificação do seu comportamento perante os interesses económicos, políticos, ideológicos e culturais que têm marcado tantos escritos sobre o período.

As clivagens detectadas no seu seio têm sido um dos principais aspectos na avaliação do papel histórico da burguesia portuguesa, sendo três os critérios mais seguidos para este efeito. Em primeiro lugar, podemos distinguir o da especialização ou dominância de um tipo de actividade económica em que está concentrada a sua riqueza ou donde lhe advém a maior parte do rendimento. Daqui têm resultado a separação entre as burguesias agrária (proprietária e/ou de agricultores), industrial, mercantil e finan-

\* O presente trabalho tornou-se possível graças ao generoso apoio da Fundação Eugénio de Almeida, à qual os autores gostariam de testemunhar a sua gratidão.

<sup>1</sup> A aplicação de categorias analíticas de identificação social e económica da burguesia — tais como rural, agrária, fundiária, agrícola, industrial, fabril, artesanal, mercantil, financeira; pequena, média, grande, etc. — está presente nos mais conhecidos títulos de autores como Armando de Castro, Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira, Manuel Villaverde Cabral e Vitor de Sá.

<sup>2</sup> Como, na sociedade portuguesa, as continuidades parecem revelar-se pelo menos tão importantes como as rupturas, poderá ser também fecunda para a análise dos grupos dominantes a utilização do conceito de *élite* — económica, política, cultural. Um ponto de partida interessante e polémico é o texto de Jorge Borges de Macedo «Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa (1820-1836)», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXII, 1977, pp. 245-262. Destaque-se o facto de Miriam Halpern Pereira, num dos seus mais recentes trabalhos, ter substituído a categoria analítica «burguesia», profusamente utilizada em trabalhos anteriores, pela de «*élite*», distinguindo a «*élite económica*», a «*élite administrativa*» e a «*élite política*». Ver «Atitudes políticas e relações económicas internacionais na 1.ª metade do século XIX em Portugal», in *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 55-56.

ceira. Em segundo lugar, é a dimensão daqueles interesses que tem fornecido uma hierarquia de escala, surgindo assim as referências à grande, média e pequena burguesia. O terceiro critério tem sido o da identificação dos interesses materiais sectoriais com economias e interesses económicos estrangeiros, ou com os do País, do qual emergem, por um lado, uma burguesia favorável à tradição económica portuguesa do *import-export*, à especulação e à dependência — a burguesia livre-cambista — e, por outro lado, uma burguesia desenvolvimentista e defensora do protecçãoismo como principal panaceia para desencadear o progresso e a modernização económica.

Em particular, tem-se procurado, com este último critério, estabelecer a relação directa entre interesses materiais e interesses políticos que se manifesta nas «fracções da burguesia liberal» e nas diversas soluções que sustentaram para o País. Assim, por exemplo, ao claro pendor nacionalista, protecçãoista e desenvolvimentista atribuído aos projectos do *vintismo* e do *setembrismo*, que se pretendem protagonizados essencialmente por uma pequena e média burguesia, opõe-se a opção pró-inglesa e livre-cambista da grande burguesia ou oligarquia cartista, que estava associada a interesses materiais mais especulativos nos sectores financeiro, mercantil, fundiário e agrícola<sup>3</sup>.

Mas o problema essencial da questão burguesa parece ser o de saber qual o seu papel, e particularmente o da «burguesia dominante», no processo de desenvolvimento oitocentista. Influenciada pelos modelos de ruptura que vêm na burguesia o principal vector da mudança que, a partir do século XVIII, rompeu na Europa o ancilosoamento a que o Antigo Regime tinha conduzido, a historiografia portuguesa tem feito um balanço em geral desfavorável quanto ao contributo desta classe social.

Do ponto de vista político, tem-se assinalado a «falta de vigor revolucionário da burguesia liberal portuguesa», a sua incapacidade para ter uma visão clara dos seus próprios interesses, ou dos interesses nacionais, e para impor um modelo ao Estado e ao País, assim como o seu pouco expressivo peso político e cultural<sup>4</sup>. Tendo o poder sido assumido, na encruzilhada da Patuleia, por uma oligarquia fundiário-bancária e mercantilista de barões e viscondes que desejavam estabilidade política e liberdade efectiva das especulações financeiras, inviabilizou-se a possibilidade histórica oferecida pela Regeneração «de uma política económica autónoma, incentivadora da criação das condições para uma efectiva independência nacional»<sup>5</sup>.

Em termos de comportamento económico, esta caracterização negativa tem focado a fraca apetência pelo risco das inovações e pelo investimento

<sup>3</sup> Cf., p. ex., Joel Serrão, «Burguesia — na época contemporânea», «Liberalismo», «Setembrismo» e «Vintismo», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, L. Figueirinhas, 1981; Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da Indústria Portuguesa: do Antigo Regime ao Capitalismo. Antologia*, Lisboa, Horizonte, 1978, pp. 44-49; Miriam Halpern Pereira, *Portugal no Século XIX*, vol. 1: *Revolução, Finanças e Dependência Externa*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, pp. 12-46; Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1976, pp. 107-125. Para uma revisão destas teses veja-se Graça e J. S. da Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2 vols., 4, Lisboa, INIC, 1980.

<sup>4</sup> Vítor de Sá, *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, 2ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 38. Ver ainda J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa [...]*, pp. 36-41; Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª ed., Arcádia, 1975, pp. 155-163 e 174-176; J. Serrão, «Burguesia — na época contemporânea», in J. Serrão, *Dicionário [...]*.

<sup>5</sup> J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa [...]*, p. 47.

em novos sectores, evitando por isso as aplicações de cariz mais desenvolvimentista, como a indústria e as minas. A burguesia portuguesa preferia a actividade mercantil e a especulação fundiária e financeira, que possibilitavam um lucro menor, mas seguro. Além disso, pretendendo constituir uma nova aristocracia, esta burguesia não resistiu à imitação dos padrões de consumo da «velha nobreza» e mostrou-se propensa aos gastos perdulários e à aquisição de palácios e terras basicamente como meio de elevação e prestígio social<sup>6</sup>. Na ausência de uma autêntica burguesia, capitalista e empreendedora, o que não se imobilizava em rendas e empréstimos ao Estado era desbaratado em consumos excessivos e ostentatórios, ficando um saldo para investimento produtivo demasiadamente pequeno para arrancar o País à sua miséria ancestral.

Não é pacífica a interpretação dada à insuficiência da burguesia portuguesa como agente de mudança no decurso do século passado. Para Armando de Castro, por exemplo, o seu relativo imobilismo teria sido consequência sobretudo da facilidade com que a burguesia conquistou o poder económico e político e acabou com o feudalismo em Portugal. Mais frequente é a tese, de certo modo oposta, porque fundada na ideia de uma burguesia fraca, que atribui ao seu receio das consequências sociais do desenvolvimento económico a falta de empenhamento no mesmo. Suscitado primeiro durante as perturbações de 1846-47 e avolumando-se mais tarde ante «o perigo do socialismo» inspirado pelo aparecimento de um pequeno, mas aparentemente ameaçador, proletariado urbano, o temor sentido pela burguesia tê-la-á levado a preferir um modelo pouco ousado de desenvolvimento, assente na agricultura e na dependência externa. Uma terceira perspectiva, conciliável aliás com qualquer das duas primeiras, acentua a dependência destes «barões e bacharéis» de «pé fresco» em relação aos padrões culturais e mentais da velha fidalga que se foi aburguesando, mas da qual, por *aculturação*, a burguesia copiou os comportamentos mais significativos e também mais nefastos para o progresso material do País<sup>7</sup>.

São diversas as dúvidas suscitadas por estas abordagens da questão burguesa<sup>8</sup>. Tendo como referência fundamental os grandes capitalistas que

---

<sup>6</sup> J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa [...]*, p. 37; V. M. Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa [...]*, pp. 148-156. Vitor de Sá, *A Crise do Liberalismo [...]*, pp. 39-44. Perpetuada depois por Oliveira Martins e outros, remonta a Almeida Garrett e à sua celebrada diatribe contra os barões endinheirados e brônco do liberalismo (os *Onagrus baronius*, de Linn), esta visão da esterilidade económica e cultural da grande burguesia portuguesa. Ver *Viagens na Minha Terra*, Porto, Porto Editora, 1977, p. 73-78.

<sup>7</sup> A. Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Dom Quixote, 1971, p. 94; M. Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971, p. 349; J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa [...]*, p. 38.

<sup>8</sup> De entre as que não serão objecto de análise neste estudo destacaríamos, por um lado, o facto de se encontrar em revisão o «modelo de crescimento» económico da Regeneração, assim como os seus efeitos a médio e a longo prazo sobre a economia portuguesa. Por outro lado, é difícil aceitar uma relação tão mecânica e linear entre os interesses materiais da «burguesia dominante» e suas fracções e as políticas económicas e institucionais seguidas com maior ou menor intensidade e consistência durante períodos bastante longos. Ver Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, vol. xx, n.º 80, 1984, pp. 7-28; Jaime Reis, «L'industrializzazione di un paese che si sviluppa in ritardo e lentamente: il Portogallo dal 1870 al 1913», in *Rivista di storia economica*, n. s., n.º 3, 1986, pp. 41-63; Pedro Lains, «Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada», in *Análise Social*, vol. xxii, n.º 91, 1986, pp. 381-419; José David Gomes Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, dissertação de doutoramento, Lisboa, 1986, 2 vols.

serão os protagonistas de maior influência política na segunda metade do século XIX, destacaremos aqui apenas algumas. Um dos pressupostos mais aceites até aqui, mas que maior perplexidade podem causar numa reflexão crítica sobre o problema, é o de ter podido haver uma clara divisão da burguesia oitocentista em subgrupos de interesses bem definidos e claramente antagónicos. Será tão evidente que sobretudo os grandes burgueses tenham mantido os seus capitais sob uma única forma — terras, empréstimos, fábricas — ou com uma aplicação prevalecte, de modo a cada um deles pertencer a fracções com objectivos claros e de longo alcance? Além de serem tão pouco audazes, ignorariam eles ainda o princípio basilar do investidor prudente, que é a diversificação do investimento? Numa economia de mercado, onde os factores e os produtos estavam a ter uma circulação cada vez menos imperfeita, torna-se difícil admitir que a distribuição sectorial da riqueza ou dos negócios de um qualquer capitalista não variasse, no tempo, em virtude de mudanças nos preços e nos custos relativos, assim como também ao sabor das previsões e estimativas de futuro.

A segunda dúvida refere-se a uma certa irracionalidade atribuída aos comportamentos da burguesia. Tem-se, por vezes, acentuado que ela, pela sua irracionalidade, tomava decisões empresariais ou de investimento que não eram as mais lucrativas. Outras vezes insiste-se em que ela não agiu «patrioticamente» em favor do interesse da economia nacional e do seu desenvolvimento, preferindo tirar os maiores benefícios individuais possíveis da sua actividade. Mas seria de esperar o comportamento economicamente irracional, mas «patriótico», de desenvolver a economia nacional, ainda que à custa da maximização do lucro pessoal? Por outro lado, assumindo que a maximização deste lucro fosse o objectivo fundamental, tem de se considerar, com mais atenção do que a que tem havido até aqui, se as decisões empresariais, tomadas num contexto económico como era o português, de oportunidades muito limitadas e de crescimento secular reduzido, não teriam sido afinal as melhores. O que fazia sentido em países avançados, ricos e de recursos abundantes poderia não ter cabimento aqui<sup>9</sup>.

Por último, merece relevo a propensão para o investimento fundiário da burguesia portuguesa, que a nossa historiografia tende a ver mais como uma operação de prestígio social e de ambição de poder do que como uma aplicação com vista a uma maior valorização e rendabilidade do capital. Se aquelas motivações existiam, não se deve excluir a possibilidade de, em economias com um nível de desenvolvimento semelhante ao do Portugal de Oitocentos, o capital fundiário propiciar das mais elevadas taxas de rendimento, pois, como alguns autores já notaram, nos países do Sul da Europa, investir na compra de terras podia ser uma das práticas económicas mais lucrativas<sup>10</sup>. Aliás, no dizer de W. D. Rubinstein, «a riqueza em terras continuou a ter a maior importância em muitos países muito depois de a industrialização ter transformado fundamentalmente as economias destas nações»<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> J. Reis, «O atraso económico português [...]», in *op. cit.*, p. 26.

<sup>10</sup> A. Miguel Bernal Rodriguez, «La propiedad de la tierra: problemas que enmarcan su estudio y evolución», in G. Anes Alvarez e outros, *La economía agraria en la Historia de España. Propiedad, explotación, comercialización, rentas*, Madrid, Ed. Alfaguara, 1979. Pedro Hespanha, «Através dos campos dos senhores da terra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 11, 1983, pp. 74-77.

<sup>11</sup> W. D. Rubinstein (org.), *Wealth and the Wealthy in the Modern World*, Londres, Croom Helm, 1980, p. 21.

O estudo de casos singulares, se nem sempre permite alicerçar generalizações firmes, é uma das vias para a clarificação de padrões de comportamento social, graças ao seu potencial para ilustrar e iluminar os problemas<sup>12</sup>. É neste contexto que releva o presente estudo sobre José Maria Eugénio de Almeida, um exemplar da grande burguesia que emergiu em Portugal durante o liberalismo oitocentista e caracterizou sobretudo a Regeneração.

De facto, a vida e a carreira de Eugénio de Almeida revelam traços que se podem considerar paradigmáticos para o estudo dessa situação. O período em que actuou é o clássico, do cabralismo e das primeiras duas décadas da Regeneração. No decurso desses anos, Eugénio de Almeida não só acumulou uma enorme fortuna, como canalizou os seus recursos para as mais variadas aplicações, incluindo o sector fundiário, criando assim uma esplêndida oportunidade para se testarem as principais hipóteses acerca das motivações subjacentes a esses investimentos. Por último, além de grande empresário, teve uma vida pública activa e importante como político, filantropo e através das relações que manteve com muitas das personalidades gradadas do seu tempo, vindo a ser, por isso, indiscutivelmente «uma figura poderosa do capitalismo e da política lisboeta», como José-Augusto França lhe chamou<sup>13</sup>.

As páginas que se seguem assentam, em grande parte, na vasta documentação gerada pela administração, ao longo de trinta anos, da «casa» de Eugénio de Almeida e admiravelmente preservada pelos seus descendentes<sup>14</sup>. Nelas iremos mostrar apenas alguns aspectos da sua multifacetada vida e actividade económica, começando pelas origens sociais, formação e vida pessoal e familiar, domínios que para esta época têm sido até aqui geralmente ignorados pela historiografia do século XIX. Na secção seguinte será analisado o modo como cresceu a fortuna de Eugénio de Almeida e, para empregar uma expressão moderna, a forma como ele concebia a sua estratégia empresarial. Dada a importância particular do tópico, seguir-se-á a isto o estudo mais detalhado dos investimentos fundiários, com especial atenção para a motivação revelada em relação a estas aplicações. Na parte final procurar-se-á enquadrar a biografia económica aqui traçada no debate geral em torno do papel e comportamento da burguesia portuguesa oitocentista.

## II

No contexto do século XIX, José Maria Eugénio de Almeida era indiscutivelmente um burguês, tanto na origem, como na riqueza que soube acumular e que o tornou, em relativamente pouco tempo, um grande capitalista e um membro destacado da *élite* económica e política nacional.

---

<sup>12</sup> Vejam-se, p. ex., Fernando Marques da Costa, «Aspectos da vida de um burguês», in *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, 1980, pp. 157-161; A. C. Matos, M. C. Andrade Martins e M. L. Bettencourt, *Senhores da Terra. Diário de Um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982; Helder Adegar Fonseca, *Um Empresário e Uma Empresa Agrícola na 1.ª Metade do Século XIX*, Universidade de Évora, 1984 (dact.). Sobre problemas de método ver ainda Pedro Hespanha, «Através dos campos dos senhores da terra», in *op. cit.*, pp. 64-67.

<sup>13</sup> José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. 1, Lisboa, Bertrand, 1966, p. 354.

<sup>14</sup> O Arquivo de José Maria Eugénio de Almeida encontra-se na posse da família. A possibilidade de utilizá-lo para este estudo deve-se à amabilidade da Sr.ª D. Teresa Vilálva, cuja compreensão e interesse pela pesquisa foram inexprimitáveis.

Nascido em Lisboa, em 1811, no Largo da Graça, filho único de D. Gertrudes Magna de Nascimento Jesus (...-1839) e de Joaquim José de Almeida (...-1839), o avô paterno e o pai, tal como outros familiares, foram funcionários da Alfândega das Sete Casas de Lisboa, onde ocuparam funções de relevo<sup>15</sup>. Apesar da escassez de informação, é provável tratar-se de uma família com rendimentos razoáveis e uma situação sólida, pois puderam fornecer ao filho uma boa formação escolar. Eugénio de Almeida frequentou as Aulas do Convento de S. Vicente, um prestigiado estabelecimento escolar de Lisboa<sup>16</sup> e em 1829 foi habilitado pela Câmara Eclesiástica de Lisboa para receber *prima tonsura*, com dispensa, para esse fim somente, da prévia habilitação *de genere*, o que socialmente não deixa de ser significativo. A sua carreira, contudo, far-se-ia noutra sentida. Tendo ingressado na Faculdade de Direito de Coimbra, obteve em 1839, com 28 anos, o grau de bacharel em Direito, cedo lhe surgindo o primeiro dos dois caminhos que haveriam de o conduzir à proeminência social e económica, a saber, a carreira política<sup>17</sup>. Admite-se que tenha sido nesta altura um activo setembrista, adesão que sabemos ter ficado expressa, ainda que no anonimato, como redactor e um dos principais colaboradores do *Português Constitucional*. Após uma breve passagem pela magistratura, foi eleito deputado em 1840, o primeiro dos vários lugares públicos que viria a ocupar ao longo de três décadas e através dos quais ganharia não só renome, condecorações e distinções honoríficas, como também preciosos contactos com figuras importantes dos meios político e económico.

Tendo abandonado o Parlamento, em 1841, por divergências políticas com o Governo, voltou à Câmara dos Deputados em 1846, agora como aderente do duque da Terceira, e em 1853, já como apoiante de Fontes Pereira de Melo, seria nomeado par do Reino e mais tarde provedor da Casa Pia de Lisboa (1859). Fez parte de várias importantes comissões, como sejam a Central dos Pesos e Medidas, a Comissão para a Revisão das Pautas e o Conselho Superior do Comércio, Agricultura e Manufaturas, além das numerosas comissões parlamentares que também integrou.

Sem ser de origem modesta, o capital herdado dos pais — uns escassos contos de réis sob a forma de prédios em Lisboa — não era por si suficiente para lançar Eugénio de Almeida na alta roda dos grandes empreendimentos, que era o segundo dos caminhos que iria tão brilhantemente trilhar. Para isso foi decisiva a sua associação com José Joaquim Teixeira, rico negociante da praça de Lisboa, para quem parece ter começado a trabalhar por volta de 1843, primeiro como administrador do seu escritório e mais tarde como sócio e representante em lucrativos negócios, incluindo o do Contrato dos

<sup>15</sup> Cf. *Diário do Governo*, n.º 156, 1836, pp. 303-304, e *Relação Nominal dos Empregados e Pensionistas Que Percebem Vencimentos pelo Ministério dos Negócios da Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

<sup>16</sup> Cf. César da Silva, *Real Casa Pia de Lisboa. Breve História*, Lisboa, 1896. Para Rómulo de Carvalho, os principais centros de formação dos homens de negócios eram as escolas dos Oratorianos. A Escola do Convento de São Vicente pertencia à Congregação de Santo Agostinho (ver *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986).

<sup>17</sup> «Almeida, José Maria Eugénio de», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, Lisboa, s. d.; cf. César da Silva, *Real Casa Pia de Lisboa. [...]*, pp. 130 e segs.; Alberto Machado Rosa, *Prosas Esquecidas*, vol. III, Lisboa, Presença, 1965, p. 11; Manuel J. C. Branco, «Eça de Queirós — jornalista político do distrito de Évora», in *II Congresso sobre o Alentejo*, vol. II, 1987.

Tabacos e a Companhia das Obras Públicas<sup>18</sup>. Podemos supor também que terá sido aqui que Eugénio de Almeida adquiriu uma boa parte dos conhecimentos comerciais e da técnica de gestão posteriormente evidenciados ao longo da sua vida com tão excelentes resultados. Igualmente crucial no arranque da sua carreira terá sido o casamento, em 1843, com Maria das Dores, a única filha sobrevivente do segundo matrimónio de José Joaquim Teixeira. Isto não só contribuiu para o reforço dos laços pessoais com o futuro sócio, mas também veio significativamente dilatar o capital inicial de Eugénio de Almeida, graças ao dote de 27 contos e a posteriores adiantamentos sobre a legítima da esposa, o que lhe possibilitou voos empresariais muito mais arrojados.

A partir daí, uma sucessão dos mais variados e geralmente bem sucedidos empreendimentos, nos campos da finança, do comércio, dos contratos com o Estado, da indústria, da agricultura, do imobiliário e das especulações bolsistas em praças estrangeiras, produziram um crescimento rápido e ininterrupto da fortuna pessoal (ver quadro n.º 1, col. 1). Em 1865, o *Arquivo Rural* considerava-o «talvez [...] o maior proprietário de Portugal» e no fim da vida, em 1872, um obituário descrevia-o como o terceiro maior proprietário do País, depois dos duques de Palmela e do Cadaval, e atribuía-lhe um rendimento anual de 160 contos de réis. O património que entretanto acumulara, à sua morte era estimado oficialmente em 1785 contos de réis, o que fazia de Eugénio de Almeida um dos portugueses mais ricos do seu tempo e mesmo uma grande fortuna em qualquer parte do mundo ocidental<sup>19</sup>.

Naturalmente, de par com a sua evolução patrimonial, verificou-se uma acentuada evolução no padrão de vida material e social deste capitalista em rápida ascensão. À medida que enriquecia, observamos Eugénio de Almeida a patentear crescentemente os sinais exteriores de riqueza, de acordo com tudo o que tem sido dito a respeito dos costumes da burguesia portuguesa de Oitocentos. Porém, em contraste com essa sabedoria comum, e apesar de ter adoptado um trem de vida a que muito poucos portugueses podiam aspirar, isso não impediu que a sua contabilidade registasse sempre uma

---

<sup>18</sup> Sobre a Casa de José Joaquim Teixeira cf. Helder Adegar Fonseca, *Um Empresário e Uma Empresa Agrícola na 1.ª Metade do Século XIX*, Universidade de Évora, 1984 (tese, dact.), e «Senhorio, rendeiros e foreiros na primeira metade do séc. XIX. Situações e conflitos. Um caso no termo de Alenquer», in *Ler História*, n.º 2, 1983, pp. 15-39.

<sup>19</sup> *Correspondência de Portugal*, 28 de Abril de 1872; Inventário por morte do Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Maria Eugénio de Almeida, 1872: Arquivo da Casa Eugénio de Almeida (ACEA), pasta não catalogada. São escassos os nossos conhecimentos acerca dos níveis de riqueza característicos deste período em Portugal, mas algumas comparações são sugestivas. Parreira Cortês, por exemplo, um dos mais ricos lavradores-proprietários de Serpa, faleceu em 1888, deixando bens avaliados em 200 contos de réis. O próprio José Joaquim Teixeira, dono de uma considerável fortuna, deixou 416 contos de réis em 1853. Durante as décadas de 1860 e 1870, o levantamento feito dos obituários publicados na *Correspondência de Portugal*, um jornal de Lisboa especializado em assuntos financeiros fornece vários exemplos de grandes capitalistas tidos como muito ricos e que deixaram patrimónios de várias centenas de contos, mas raramente superiores a 1000 contos de réis. Em termos internacionais, a fortuna de Eugénio de Almeida, equivalente a umas 400 000 libras, não faria sombra às dos 34 «milionários e 120 meio milionários» (em libras esterlinas) ingleses identificados por W. D. Rubinstein, para 1858-79, em «The Victorian middle classes: wealth, occupation and geography», in *Economic History Review*, vol. xxx, 1977, pp. 602-623; mas foi excedida por apenas uma de entre as 3346 heranças registadas em Lião, Lille e Toulouse para 1858-75, por Adeline Daumard (org.), *Les fortunes françaises au XIX<sup>ème</sup> siècle. Enquête sur la répartition et la composition des capitaux privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des déclarations de succession*, Paris, Mouton, 1978, p. 131.

**Fortuna pessoal, rendimento e despesa da casa de Eugénio de Almeida**

[QUADRO N.º 1]

Anos	Valor líquido de todos os bens (mil réis) (1)	Aumento sobre o ano anterior (percentagem) (2)	Rendimento global líquido (mil réis) (3)	Despesa pessoal (mil réis) (4)
1843	52 455			
1844	69 551	30,6	19 285	1 048
1845	103 781	49,2	33 415	7 087
1846	97 464	-6,0	-6 809	4 666
1847	118 268	21,3	16 532	2 295
1848	148 423	25,5	22 287	3 894
1849	227 404	53,2	67 582	8 420
1850	360 089	58,3	18 869	8 652
1851	412 165	14,5	60 984	6 650
1852	430 839	4,5	24 643	4 980
1853	488 989	13,5	65 870	7 731
1854	548 242	12,1	39 303	7 769
1855	681 431	24,3	61 033	8 194
1856	766 084	12,4	89 036	7 867
1857	911 412	19,0	73 002	8 168
1858	864 468	-5,2	89 721	21 345
1859	971 172	12,3	63 632	12 718
1860	1 091 157	12,4	117 828	9 307
1861	1 229 700	12,7	93 720	11 219
1862	1 291 158	5,0	45 749	11 318
1863	1 355 429	55,0	38 126	9 000
1864	1 442 087	6,4	48 982	13 161
1865	1 468 782	1,9	13 919	10 993
1866	1 509 231	2,8	17 227	12 773
1867	1 566 921	3,8	50 398	9 879
1868	1 543 749	-1,5	5 008	20 916
1869	1 572 862	1,9	60 624	n. a.
1870	1 661 475	5,6	50 647	14 916
1871	1 767 952	6,4	84 748	n. a.
1872	1 785 898	1,0	n. a.	n. a.
			1 365 161	244 466

Fonte: ACEA: Livros Diários, 1843-72.

*Nota* — Os aumentos anuais dos valores da coluna 1 incluem, para além das diferenças de valores entre as colunas 3 e 4, aumentos resultantes de reavaliações dos diferentes componentes da fortuna de Eugénio de Almeida.

enorme distância entre rendimento e despesa. De facto, se compararmos ano a ano os valores respectivamente das colunas 2 e 4 do quadro n.º 1, verificamos que, em média, estes foram somente 20% daqueles e que, em períodos particularmente «bons», de elevados rendimentos, a despesa da casa de Eugénio de Almeida era uma pequena fracção de tudo quanto entrava proveniente dos seus múltiplos negócios. Significa isto que, nesta época, ser rico e, como se verá adiante, de certo modo ostentatório não implicava necessariamente ser esbanjador ou perdulário. Contrariamente ao que se tem afirmado, uma parte importante da acumulação de riqueza podia resultar de o consumo, estando longe de igualar ou exceder o rendimento, deixar larga margem para a poupança e o investimento reprodutivo. A observação de alguns aspectos da sua economia doméstica mostrará como no terceiro quartel do século passado se podiam conjugar riqueza, lucro e poupança num quadro de ascensão social e padrões de vida burguesa.

Atentemos em primeiro lugar para a habitação. Em 1843, com o casamento, Eugénio de Almeida instalou-se próximo das suas origens, no n.º 21 da Rua de São Francisco, à freguesia de Santa Engrácia, Bairro Oriental.



Só no início da década de 1850 mudaria para residência mais distinta, não só pelo aspecto, como pela localização, na Rua Formosa, n.º 111, um prédio apalaçado pertencente ao barão de Alcochete e onde pagava anualmente 1.200\$000 réis de renda de casa e 800\$000 réis de aluguer de mobílias. E só em 1859, sendo já possuidor de uma larguíssima fortuna, entrou em nova fase da sua história residencial, muito mais grandiosa, com a aquisição do Palácio do Provedor dos Armazéns — uma construção setecentista dum arquitecto francês (Larre) —, em São Sebastião da Pedreira, Bairro Central, ao qual anexou uma quinta, comprada em 1857, e outra casa contígua, que mandou demolir para «dar Nobreza ao Largo de S. Sebastião e servidão ao Palácio»<sup>20</sup>. Neste conjunto, com uma área de 86 000 m<sup>2</sup>, reedificou o palácio (6000 m<sup>2</sup>) e criou o Parque de Santa Gertrudes (80 000 m<sup>2</sup>). Para as obras no palácio contou com os serviços do prestigiado Cinatti e de um arquitecto parisiense, J. Colson, que também fez estudos de remodelação e ampliação da Casa Pia, e recorreu ainda a firmas como a de Alexandre Bertrand, *mecanicien-serrurier* de Bruxelas, e a operários especializados estrangeiros. No final resultou um edifício de três pisos, «de edificação romântica», «burguês», com uma «fachada posterior, faceta [que] tem, dentro dum gosto mais pesado, alguma lembrança da arquitectura francesa de Setecentos»<sup>21</sup>. Em 1872, o valor do palácio e parque era estimado em 110 contos e a «mobília, ouro, pratas, jóias, louças, vidros e mais trem de guarnição de serviço da casa» em 50 contos, ou seja, 7% do valor total dos seus bens nesse ano.

É inegável a atracção de Eugénio de Almeida pelo estilo de vida das *élites* francesa e inglesa. Em 1849, recém-chegado de uma viagem que o levara a Londres e a Paris, não escondia o seu deslumbramento por uma sala de um palácio que visitara na capital francesa e encomendava uma mobília igual para, na sua residência, reproduzir um espaço idêntico. Uma parte significativa do «trem da casa» foi importado de Paris, Londres, Bruxelas e Antuérpia e adquiria com frequência outros bens de consumo em casas de importação ou directamente em Londres e Paris. Era um bom cliente de firmas como a Adolphe Marsoo, Grande Armazém de Modas e de Fazendas Francesas e Inglesas, na Rua do Chiado, mas esta sua abertura às modas e ao estilo estrangeiro tinha limites e, sendo embora faustosa a sua vida, havia também uma preocupação em evitar os excessos de um certo exibicionismo. Perante um projecto para as grades das janelas do palácio de São Sebastião, apresentado por uma oficina de Bruxelas, Eugénio de Almeida aprovou-o por estar em «harmonie avec le style de l'hôtel», mas «vous aurez à supprimer la couronne qu'on voit sur le dessin sans mettre aucun autre ornement à sa place. Il serait d'un parvenu de mauvaise genre de vouloir étaler la couronne dans toutes les fenêtres de mon hôtel». Noutras indicações acentua, apesar de tudo, esta sua preferência, «peut être par habitude, de style Portugais»<sup>22</sup>.

Assim como na residência, também na vida doméstica a situação se foi alterando progressivamente. O número de criados permanentes foi crescendo: em 1844 dispunha de um criado, uma criada e uma ama para o filho recém-

<sup>20</sup> «Requerimento de 9 de Janeiro de 1861»: ACEA, Copiador de Papéis Diversos, B: 1859-67, fl. 46.

<sup>21</sup> José Augusto França, *A Arte em Portugal [...]*, pp. 349-355. Encontra-se actualmente instalado neste palácio o Governo da Região Militar de Lisboa, no Largo de São Sebastião da Pedreira.

<sup>22</sup> Carta para J. Colson, Paris, Junho de 1860, e carta para Alexandre Bertrand, Bruxelas, Setembro de 1861: ACEA, Copiador de Cartas, 1860-62, cartas n.ºs 2678 e 2850.

-nascido; em 1845, mais uma criada, um moço de cavalaria e um cocheiro; e em 1853 contava com o serviço permanente de cocheiro, trintanário, moço de cavalaria, guarda-portão e, na actividade da casa, despenseiro, cozinheiro, moço de cozinha, duas criadas de lavar, outras duas de costurar e ainda um «creado de Mesa e do Quarto de S. Excelência». Assíduos eram ainda um barbeiro, o cirurgião, o médico da família e o capelão, que rezava missa na capela da casa todos os domingos e dias santos. Além destes, havia o recurso temporário aos serviços de um catalogador de bibliotecas, lavadeiras, engomadeiras, cabeleireiras, relojoeiro, correeiros, ferradores, etc. Nas viagens ao estrangeiro contratava geralmente o serviço de um criado inglês.

Apesar de todo este acompanhamento de servidores, não se pode considerar como espantosa esta faceta da sua organização doméstica. Comparado com os custos globais, o despendido com a rúbrica *criados* — que oscilava entre os 5% e os 9% — não diferia significativamente dos valores encontrados para as famílias burguesas francesas ou para uma casa da pequena nobreza andaluza da época<sup>23</sup>. Tão-pouco parecem enormes os 80\$000 a 90\$000 réis que se gastavam mensalmente com a alimentação, embora, na mesa, a dieta fosse sem dúvida abundante e variada. O exemplo do consumo registado num dos meses de 1866 pode servir de ilustração. Escolheu-se o de Janeiro, mas podíamos ter escolhido outro qualquer, pois as variações de qualidade e quantidade não são significativas. Para alimentar uma casa composta por cerca de 15 pessoas mais os convidados foram precisos 115 kg de carne de vaca, mão de vitela, 4 kg de carneiro, 4 kg de porco, 6 kg de presunto, toucinho e chouriço, 4 borrachos, 2 coelhos, 5 galináceos, 3 patos, 4 perdizes, 2 galinholas (no Verão rolas e no Natal 2 perus). O peixe era pouco, geralmente linguados, pargos, chocos, tainhas, pescada e bacalhau. Compraram-se ainda 260 kg de pão fino, de forma e «de família», 42 broas, 2 kg-3 kg de bolachas, 144 ovos, queijo e manteiga, 15 kg de açúcar e outra igual quantia de arroz, 22,5 kg de batata, 7 kg de sal, leite, café, chá, doces diversos, massas e pão-de-ló, uma diversidade de hortaliças, de legumes e de frutos da época e secos. Em líquidos, além de leite, café e chá, este importado de Macau, Londres ou Amesterdão, regista-se o consumo de água de Castelo de Vide e de Vichy, laranjadas, capilés, vinho corrente, vinho do Porto e do Faial (*Angélica*) e genebra importada<sup>24</sup>.

É interessante registar a alimentação dos empregados. Especifica-se a sua ementa e despesa diária no Verão e por cabeça: 0,25 kg de carne de vaca ou carneiro, toucinho, 4 pães (1 para sopa), leite, hortaliça, arroz-manteiga, açúcar e café, tudo no valor de 205 réis. No Inverno comiam ao «lunch», entre outros, feijão carrapato, cabeça de vitela e de porco, carneiro, bacalhau, carapau, sardinhas e pescadinha; ao almoço, leite, café, pão e manteiga. A comparação com o que conhecemos acerca dos padrões médios alimentares, tanto para esta época como para mais tarde, não deixa dúvidas sobre quanto deveria apetecer uma colocação ao serviço de uma casa como a de Eugénio de Almeida. Para além da variedade muito maior da dieta, o consumo de um item essencial como a carne resume todo este contraste — o

<sup>23</sup> Pierre Léon (dir.), *História Económica e Social do Mundo*, vol. IV, t. 1, Sá da Costa, Lisboa, 1982, p. 112; A. Miguel Bernal, «La petite noblesse traditionnelle andalouse et son rôle económico-social au milieu do XIX siècle (L'exemple des Santillán)», in *Mélanges de la Casa de Velásquez*, t. X, Paris, Ed. Boccard, 1974, pp. 387-420.

<sup>24</sup> ACEA, Documentos da Caixa das Despesas de Casa, 1866-67, caixa não catalogada.

do Lisboaeta em meados do século era, em média, cerca de 1/4 do dos criados de Eugénio de Almeida<sup>25</sup>.

Depois da habitação e da alimentação, naturalmente há que considerar a recreação, a sociabilidade e o cultivo do espírito. Quanto à primeira destas preocupações, não havia inicialmente qualquer divergência em relação ao que os lisboetas endinheirados praticavam. Em 1844 e 1845, a família ia a «banhos de mar» e para as Caldas da Rainha. Em 1851 arrendaram uma casa de campo em Pedrouços, onde passaram a fazer estadas anuais no princípio do Verão, e já na década de 1860 se registam alguns períodos de descanso em casa alugada na zona de Cascais. Instalaram ainda uma casa em Portimão (1853-56) e, mais tarde, outra em Évora, que ocupava parte do Palácio das Portas de Moura. Eram casas mais para residência temporária de Eugénio de Almeida quando se deslocava em negócios ao Algarve e ao Alentejo, e só a segunda foi, com pouca frequência, utilizada para estadas de família.

Mas os hábitos de veraneio conhecidos das *élites* lisboetas não agradavam totalmente. Um dos grandes desejos de Eugénio de Almeida era dispor de uma casa de campo no Minho. Em 1859 adquiriu as Quintas do Chavão e de Santa Marta, no concelho de Barcelos, e apenas dois anos decorridos confessava a um correspondente do Norte: «As quintas do Minho foram compradas com a intenção de fazer nelas uma habitação campestre, simples, mas elegante, onde de quando em quando vá gozar da amenidade do clima e do bom trato dessa gente, com condições melhores do que poderia encontrar no campo que avizinha Lisboa e que em verdade não me agrada. A realização deste pensamento pede aí uma estada minha prolongada ou pelo menos visitas amiudadas, atenções, cuidados, disposições de muita espécie, que, juntas às que consagro à edificação da minha casa em Lisboa, se tornariam pesadas e incómodas; e não é para viver tal vida que nós devemos tratar das construções que só empreendemos com o fim de nos serem agradáveis.»<sup>26</sup> Desejo nunca concretizado, pelo que veraneava por Cascais, onde, «além dos banhos do mar», podia «tomar também banhos termais a uma pequena distância», fugindo assim ao «ar pestilencial que [em Lisboa] se respira especialmente no Verão e [à] água pútrida do rio»<sup>27</sup>.

Na vida cultural, a família era uma frequentadora assídua do teatro e da ópera, prática dominante na sociabilidade pública das *élites* da época; entre 1844 e 1854 faziam-no, pelo menos, uma vez por mês. Em 1844, no Teatro de São Carlos, pagavam 960 réis por «2 bilhetes na plateia» e 4\$160 pelo «aluguer de um camarote». Depois fez-se a assinatura do camarote n.º 37, que na temporada de 1852-53 custou 320\$000 réis.

Mas Eugénio de Almeida mostrava particular interesse pelas viagens no País e pela Europa, viagens que eram de negócios, mas também de ócio. Umas como outras eram frequentes. Pelo menos de dois em dois anos viajava para a Europa do Norte acompanhado do seu criado. Fazia sempre uma passagem por Paris e só não ia a Londres quando não podia. A partir do final da década de 1850, tendo abandonado uma parte substancial dos seus

<sup>25</sup> J. D. G. Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional [...]*, p. 197.

<sup>26</sup> Carta de Joaquim Vilas Boas, Barcelos, Fevereiro de 1861: ACEA, Copiador de Cartas, 1860-62, carta n.º 2773.

<sup>27</sup> Carta a Joaquim de Matos Rosário, Vila Viçosa, Setembro de 1869: ACEA, Copiador de Cartas, 1869-70, carta n.º 5938. Cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para Uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Presença/ICS, 1983, pp. 35 e segs.

negócios, intensificou o número tanto de viagens ao estrangeiro como de digressões pelo País, acompanhado da família ou de amigos. Por exemplo, entre 1866 e 1867 fez uma prolongada estada no estrangeiro (Agosto a Novembro de 1867) e antes disso nove digressões pelo Reino, incluindo uma com os filhos a Belas, Paço de Arcos, Ericeira, Beira Litoral e ao Minho e outra em companhia de amigos ou apenas do criado, pela Beira e a Évora.

De uma dessas digressões possuímos uma descrição mais pormenorizada. É aquela que fez ao Minho, entre Dezembro de 1866 e Janeiro de 1867, acompanhado dos dois filhos, dama de companhia, um colaborador e um criado. De comboio foram para o Porto (38\$000 réis), onde estiveram dois dias no Hotel de Francofort (20\$520 réis), dirigido pela viúva Hardy e onde consumiram chá e champanhe francês (Bordeaux) [sic], e visitaram o Palácio de Cristal. Seguiram depois para Braga, via Vila Nova de Famalicão, onde fizeram uma estada de três dias na Hospedaria dos Dois Amigos (27\$600 réis), visitando o Bom Jesus. No dia 30 de Dezembro seguiram para Barcelos, onde permaneceram dois dias na Hospedaria das Roças (19\$600 réis). Regressaram ao Porto, via Vila do Conde, com nova estada de seis dias no mesmo hotel (42\$000 réis), tendo visitado vários estabelecimentos. O percurso pelo Minho fez-se em carro alugado (22\$500 réis e 3\$800 réis de gratificação ao cocheiro). O custo total da viagem foi de 238\$500 réis<sup>28</sup>.

Pouco sabemos das práticas de sociabilidade doméstica desta família, além do receber e fazer visitas. Estamos melhor informados, no entanto, acerca da sua integração em estruturas de sociabilidade pública e o que sabemos disto aponta para um comportamento característico de uma época em que, ao lado de formas tradicionais de sociabilidade de matriz religiosa, se assiste a um impulso das associações de lazer, de interesse, profissionais, culturais e mutualistas<sup>29</sup>.

Assim, em 1844, Eugénio de Almeida pagava a sua primeira quota (1\$800 réis/mês) de sócio ordinário do Clube ou Assembleia Lisbonense, um clube político, mas também recreativo, fundado em 1836. Numa «relação dos sócios» de 1840, da qual ainda não fazia parte, encontramos figuras das mais gradas do cartismo, cabralismo e Regeneração. A actividade recreativa dirigida aos sócios, familiares e amigos convidados era marcada pela realização de sete bailes por ano, alguns com vista à recolha de fundos para apoiar instituições como as «escolas da sociedade de instrução primária» ou asilos de mendicidade, e concertos de música ou «reuniões filarmónicas». Os sócios dispunham ainda de um salão de jogo para cartas, gamão e bilhar<sup>30</sup>.

Ainda no ano de 1844, Eugénio de Almeida foi admitido como sócio da Assmbleia Filarmónica, aderindo no seguinte à Associação Mercantil Lisbonense. Em 1853 era também membro do Grémio Literário e da Associação Civilização Popular, sendo em 1867 admitido como sócio-amador da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses. Foi talvez no âmbito das actividades de uma daquelas associações que fez uma conferência, numa «reunião agrícola» de Janeiro de 1855, «acerca da plantação e da cultura da

<sup>28</sup> ACEA, Documentos da Caixa das Despesas de Casa, 1866-67.

<sup>29</sup> Cf., p. ex., para Espanha, A. M. Bernal e J. Lacroix, «Aspects de la sociabilité andalouse. Les associations sevillanes (XIXe-XXe s.)», in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, t. XI, Paris, 1975, pp. 453-507.

<sup>30</sup> Cf. *Relatório e Contas da Direcção da Assembleia Lisbonense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

figueira e uma apreciação das diversas qualidades que se conhecem na nossa província»<sup>31</sup>.

Homem profundamente religioso, não admira que, paralelamente a estas actividades, avultassem igualmente as práticas da sociabilidade religiosa e beneficente. Estas revelam-se, por um lado, na sua pertença às diversas confrarias e irmandades de que era irmão ou membro, bem como na integração das mulheres de família em associações de acção social, como as Casas de Asilo da Infância Desvalida ou a Associação Consoladora dos Aflitos. Por outro lado, há a considerar as somas expressivas que aparecem classificadas nas despesas da casa sob a rubrica «piedade e beneficência» e que em certos anos atingiram mais de 20% dos gastos totais (ver quadro n.º 4). Elas resultavam sobretudo das numerosas instituições religiosas, de beneficência, dos pobres, das viúvas, dos frades e das freiras a quem Eugénio de Almeida atribuía fundos mensal ou anualmente. Estes encargos aumentaram principalmente a partir do momento em que, nomeado provedor da Casa Pia de Lisboa, procedeu a uma importante e polémica reforma na administração e formação escolar desta instituição, de que foi um grande benemérito<sup>32</sup>.

Apesar de as despesas com a cultura, representadas pela compra de objectos de arte e de livros, terem ficado muito aquém do despendido com a virtude — nunca excederam os 3% dos gastos totais da casa —, não se deve concluir daqui por uma falta de interesse por tais questões. Antes pelo contrário, Eugénio de Almeida foi sempre um ávido comprador e leitor de livros e de publicações periódicas, tendo constituído ao longo da vida uma ampla, variada e actualizada livraria particular, cuja descrição nos é dada pelo seu *Catálogo Methodico de 1867 Ampliado em 1873*. Dos 2010 títulos principais registados — inúmeras brochuras sobre matéria económica não estão catalogadas —, 8% pertenciam à «divisão» das «ciências eclesiásticas», 31% à das «ciências morais e políticas» e 13% à das «ciências naturais e exactas». Os restantes volumes decompunham-se em «belas-artes, artes e ofícios» (3%), «literatura» (22%) e «história» (23%).

Não era, portanto, só para a recreação do espírito que esta biblioteca deveria servir. Como teremos oportunidade de verificar, a informação prática era um aspecto fundamental da vida económica e do sucesso empresarial deste capitalista e não surpreende, assim, a preferência pelos livros sobre jurisprudência, administração, instrução pública, finanças, comércio, indústria, agricultura e economia rural. Por outro lado, é não menos digna de relevo a influência da cultura francesa oitocentista, revelada pelo facto de uma parte significativa dos títulos, particularmente os de carácter técnico, serem editados em França. Na «literatura», arrumada em «tratados de línguas», «poligrafia» e «poesia, teatro, romances e sátiras», ao lado dos mais célebres romancistas portugueses da época, é notável a presença do romance francês (75% dos títulos do género) e particularmente de Alexandre Dumas (pai). Por último, se assinava revistas de moda feminina, como o *Jornal des Demoiselles* ou a *Ilustração Inglesa*, subscrevia também algumas das mais importantes publicações do mundo dos negócios nacional e estrangeiro, tais como a *Revista Económica*, *Jornal do Comércio*, *Archivo Rural*, *Jornal de*

<sup>31</sup> Carta a António de Abreu Couceiro, Portimão, Dezembro de 1854: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1674.

<sup>32</sup> César da Silva, *Real Casa Pia de Lisboa [...]*, pp. 130 e segs.; *Real Casa Pia de Lisboa — Portarias*, s. l. n. e., 1862.

*Horticultura Prática, Revista Agrícola, Anais de Agricultura, Journal d'Agriculture Pratique de Jardinage et Economie Domestique, Journal des Economistes, Le Moniteur, Journal des Actionnaires, des Capitalistes et des Rentiers ou a Gazeta dos Caminhos de Ferro [sic].*

O retrato de Eugénio de Almeida e da sua vida privada que emerge de tudo isto só muito parcialmente se conforma com o estereótipo, que nos veio do século XIX, do burguês enriquecido durante e pelo liberalismo. Vivendo luxuosamente e com alguma ostentação, como seria de esperar em alguém de tamanhas posses, não se registam nele as piores feições de esbanjamento, de falta de cultura e de exibicionismo pseudo-aristocrático que poderíamos esperar encontrar. Vejamos, na próxima secção deste estudo, qual, no campo da actividade económica, a correspondência entre a imagem tradicional e este caso particular, mas não necessariamente atípico.

### III

Não é possível, evidentemente, descrever plena e exaustivamente todas as razões que conduziram ao enorme sucesso empresarial de Eugénio de Almeida ao longo dos seus trinta anos como capitalista e negociante. A tarefa é, por sua natureza, demasiado complexa, faltam os estudos complementares sobre o contexto económico da época e nem todos os factores são sequer documentáveis. A copiosa informação, deixada sob a forma de uma cuidada contabilidade e de uma vasta e minuciosa correspondência comercial, permite, no entanto, apontar aspectos importantes da sua actividade, que, para além de ajudarem a iluminar este problema, são sobretudo do maior interesse para o conhecimento da mentalidade e do comportamento económico burguês em Portugal no século passado. Em particular, estes elementos permitem rastrear uma lógica que, através da multiplicidade e sucessão de investimentos e de empreendimentos em que Eugénio de Almeida se envolveu, o conduziu aos píncaros da riqueza e da proeminência social.

Antes de mais, há que tornar bem claro que em qualquer momento da sua vida empresarial havia um objectivo que sobrelevava a todos os outros e que era a obtenção de um lucro aceitável em relação ao capital empregado e uma razoável valorização para este último. Em nenhum dos seus muitos escritos particulares há alguma menção de um investimento que não tivesse por fim, directa ou indirectamente, «um certo rédito ou juro que não seja dos mais inferiores», mesmo já quando, para o fim da vida, pela enorme acumulação de riqueza, podia haver menor justificação para uma tal preocupação. O dinheiro existia somente para ser aplicado e render, a ponto de afirmar que, apesar de considerar ser necessário ter sempre alguns fundos líquidos em caixa, para operações que pudessem surgir, «dá-me cuidado o ver sem produzir rédito»<sup>33</sup>.

O conceito de rendabilidade aceitável é algo que naturalmente mereceu a Eugénio de Almeida numerosas reflexões, mas também conheceu alguma variação, de acordo com as circunstâncias económicas e o tipo de aplicação. No comércio de dinheiro e letras só lhe interessavam operações com

<sup>33</sup> Carta a Kerkhoven e Coutinho, Amsterdão, Março de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 392; carta a Knowles e Foster, Londres, Março de 1857, e carta ao caixeiro da casa, Agosto de 1858: ACEA, Copiador de Cartas, 1857-58, cartas n.ºs 2071 e 2200.

juros iguais ou superiores a 6 % (década de 1850) ou a 6,5 % a 7 % (década de 1860). Esta era a base para os negócios em que esperava no futuro tirar outras vantagens: os empréstimos feitos a proprietários prévios à aquisição que lhes iria fazer dos seus bens de raiz. Se o beneficiário do empréstimo era um concorrente potencial, o juro devia aumentar, pois, na actividade comercial, «adiantar fundos para outros fazerem negócio não é razoável. Nesse caso o melhor é emprestar-lhes com um juro mais avultado» do que o corrente em transacções de letras e empréstimos com outro fim, ou seja, pelo menos 12%<sup>34</sup>.

Nas aplicações em «especulações de géneros», Eugénio de Almeida não estabelecia qualquer base. Definia um preço máximo, acima do qual deixava de lhe interessar a especulação, e procurava um preço mínimo na compra, vendendo no momento oportuno, a pronto ou a crédito, de forma a proporcionar um «bom lucro», tendo em conta que «o meu sistema comercial é querer antes ganhar muitos poucos do que poucos muitos. Nas vendas destes géneros, facilmente percíveis, além de procurar uma operação rápida e lucrativa, havia vantagens em vender fiado, pois sempre se conseguia um preço mais subido»<sup>35</sup>.

Nos restantes investimentos tomava em consideração três variáveis: as taxas de juro do mercado, o juro anual garantido pela aplicação e a valorização anual do capital. A preferência ia claramente para aplicações que garantissem em conjunto, como mínimo, uma remuneração anual líquida de 5% além da valorização do capital. Assim acontecia, por exemplo, na aquisição de terra. Em 1850, este negócio tinha como «princípio regulador que o capital que eu empregue no preço de compra me renda, pelo menos, seis por cento líquidos de qualquer despesas, ónus e impostos». Em 1860 dava ordens de compra desde que «se tire pela renda um juro de 4,5 a 5%». Mesmo em meados da década de 1860, numa conjuntura em que não havia «falta de negócios, e alguns bem lucrativos, o que há é falta de capitais e habilitações para os saber manejar», em que a pressão sobre a procura de dinheiro provocava a «alta de preço que tem havido no juro em todas as praças e a dificuldade extraordinária que há hoje de realizar fundos em Lisboa», prevendo-se que «pela marcha financeira dos negócios deste país a propriedade dentro de breve tempo há-de ter sensível depreciação de valor», concluía: «[...] não estou resolvido a comprar propriedade alguma sem que tenha a certeza de que o capital desembolsado me vai dar o juro de 5%»<sup>36</sup>.

O forte engodo pelo lucro não o levava, no entanto, a ignorar, em qualquer das suas realizações, os ditames da prudência ou a deixar de adoptar sempre uma perspectiva de longo prazo. Apesar de recusar as cautelas excessivas, considerava indispensável que os investimentos oferecessem uma boa segurança e as operações estivessem sujeitas apenas a um risco limitado. «A segurança é, como naturalmente pode supor, a primeira e a mais essencial condição.»<sup>37</sup> Esta devia estar presente tanto nos negócios como no rendi-

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, carta a José Gomes da Palma, Tavira, Abril de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 449; carta a Domingos Leonardo Vieira Júnior, Portimão, Setembro de 1864: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3791.

<sup>35</sup> Carta a José Gomes da Palma, Tavira, Março de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 410.

<sup>36</sup> Carta a António de Abreu Couceiro, Portimão, Fevereiro de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 378; carta a Francisco Joaquim de Soure Rosado, Évora, Junho de 1864: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3694.

<sup>37</sup> Carta a Knowles e Foster, Londres, Março de 1857: ACEA, Copiador de Cartas, 1857-58, carta n.º 2071.

mento e no capital. Assim, todas as transacções e ajustes deviam ser concretizados por escrito, pois «os erros e equívocos, umas vezes nascidos do esquecimento e de má inteligência, outras de algum motivo fraudulento, são muito comuns entre os homens». Nas especulações em géneros de fácil deterioração tinha como «regra constante [...] o preferir uma venda mais pronta, embora não ofereça vantagens tão consideráveis, a vendas demoradas na expectativa de maiores ganhos» ou na «esperança de lucros imaginários que poucas vezes correspondem às esperanças que se tem concebido.»<sup>38</sup> No investimento em títulos financeiros exigia igualmente «uma segurança intrínseca», no valor e no rendimento, e a extrínseca como «meio de evitar os riscos que resultam de valores ao portador, no estrangeiro, como são os incêndios, as falências das casas onde eles estejam depositados, etc.». Também na aquisição de imóveis acentuava a necessidade de toda a cautela, para se fazerem, com segurança, tais compras. Por último, investimentos havia que, por razões de prudência, punha inteiramente de parte. Era o caso dos «negócios de minas [que] são daqueles que me inspiram pouca confiança»<sup>39</sup>.

Embora tenha conhecido grandes sucessos em alguns negócios que empreendeu mercê de decisões audaciosas e visionárias, na base de tudo o que fazia estava um conjunto prosaico e de regras comerciais, a que se referia como «o meu sistema comercial», que «eu aprendi nos livros dos mestres que nos ensinam a todos; e em outro livro de grande autoridade também, que é a experiência dos factos que se passam debaixo dos meus olhos e que todos os dias vejo»<sup>40</sup>. Como parte integrante disto, e perante a complexidade e variedade dos seus negócios, criar um «sistema [de administração] ao mesmo tempo severo e razoável» tornava-se realmente indispensável. Severo na clareza e regularidade da contabilidade: «na vida comercial, os algarismos são uma coisa positiva e que não sofre modificação pelas qualidades pessoais dos indivíduos que os escrevem.» Severo ainda na execução das suas ordens. Os administradores, procuradores, caixeiros e outros empregados com funções de responsabilidade não deviam ter «autorizações amplas e genéricas (votos de confiança são coisas de cortes) [pois] devo reservar para mim a fixação dos pontos cardiais do sistema que quero seguir», e devem reger-se por princípios de «lealdade absoluta».<sup>41</sup>

A isto devia acrescentar-se a mais escrupulosa parcimónia, mesmo nas coisas mais insignificantes. «Às vezes há no consumo dos artigos desta ordem [de escritório] abusos ou descuidos feitos pelos subalternos a que nós não atendemos e que por isso fazem desaparecer as coisas muito antes do seu devido tempo. Isto até no meu próprio escriptório tem acontecido. Vão todos servindo-se do que acham e dando louvores a Deus pela fartura que lhes ministra.» E rematava recomendando ao seu procurador no Algarve: «bom é que tenha tudo fechado à chave e que só dê à proporção que for preciso»<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> Carta a Francisco José Galaghar Sénior, Faro, Março de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 402.

<sup>39</sup> Carta a Joaquim Xavier de Paiva, Alvor, Setembro de 1869: ACEA, Copiador de Cartas, 1869-70, carta n.º 5957.

<sup>40</sup> Carta a António de Abreu Couceiro, Portimão, Junho de 1855: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1791.

<sup>41</sup> Carta ao administrador do Reguengo do Alvor, Janeiro de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 342.

<sup>42</sup> Carta para António Maria de Pádua, Portimão, Janeiro de 1858: ACEA, Copiador de Cartas, 1857-58, carta n.º 2173.



Sendo embora um homem eminentemente pragmático, Eugénio de Almeida, na correspondência com agentes e subordinados, não se cansava de teorizar sobre este seu «sistema» e de praticar a respectiva pedagogia junto dos seus correspondentes, o que também era característica da sua maneira de ser e agir. A sua abordagem do negócio de compra e venda de produtos agrícolas, em que esteve envolvido durante a década de 1850, é ilustrativa desta sua faceta.

Nas especulações em géneros, em mercados competitivos como o algarvio, onde a concorrência entre especuladores era grande, chegando a deixar «exausto» o mercado da oferta, ensinava que era fundamental que as compras fossem realizadas antes da colheita, com antecipação, «dando aos lavradores, com toda a segurança, dinheiros adiantados por conta dos géneros que assim se podem obter muito mais baratos». Contudo, estabelecia sempre preços máximos para estas aquisições, «além dos quais não será prudente especular», pois são «más as especulações em compras de géneros do país por preços subidos». E, se a pressão da procura sobre um género fosse excessiva, se os «preços são exorbitantes e loucos», «deixo eu então de comprá-lo. Ninguém me deve levar a mal que eu pratique isto que dá em resultado o faltar o maior número de comprar aquilo que deseja. Ora acontece às vezes, não é sempre, que, depois de fartos todos, começam a vender aquilo que compraram, é então que aparece a verdadeira ocasião de fazer compras, por isso que o número de vendedores é grande e o dos compradores pequeno»<sup>43</sup>.

Princípio fulcral na actuação de Eugénio de Almeida era também o assentar toda a sua movimentação empresarial na mais completa e cuidadosa informação. Já foi referido o seu apetite pelas leituras de carácter económico e técnico, através das quais se mantinha em dia, tanto com as flutuações da conjuntura internacional, como com o aparecimento de novos cultivos, novas máquinas, novos sistemas. Para além disto, no concreto, as decisões deviam sempre ser precedidas de informação dos correspondentes comerciais. Nos mercados em que operava solicitava sistematicamente aos seus agentes dados sobre os «preços e estado do mercado», «as qualidades mais procuradas», «o consumo do mercado», os «competidores» e a forma como actuavam.

Típica desta atitude é a forma por que, em 1850, decidiu abrir novos mercados para os géneros algarvios (figo, amêndoa, cortiça), em que já especulava. Para tal dirigiu correspondência para os mercados do Norte da Europa e Brasil. Em relação às principais praças brasileiras sabia «que de Portugal vai todos os anos [...] uma certa porção de figo que aí se vende por preços que oferecem uma pequena vantagem». Mas necessitava de «elementos para poder avaliar bem as condições desse mercado [...] [e] [...] para entrar com uma opinião mais segura em negociações dessa natureza [...]», pelo que solicitava informações precisas sobre a capacidade de consumo, a existência de concorrência, direitos e despesas de alfândega e comissões comerciais. Quando, finalmente, ficou na posse destes elementos, pôde concluir: «[...] tenho a dizer-lhes que acho prudente, em razão do limitado consumo que os ditos géneros têm nessa praça [neste caso, a do Rio de Janeiro], não fazer, por enquanto, remessa alguma deles para essa cidade»<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> Carta a Teodoro José Tavares, Faro, Maio de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 461; carta a Francisco Joaquim de Soure Rosado, Évora, Abril de 1865: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3990.

<sup>44</sup> Cartas aos Srs. Holterhoff, Antuérpia; Emery e Companhia, Rio de Janeiro; José Pereira da Cunha Basto, Baía; João José da Cunha Morais, Pernambuco; Bento Ribeiro da Cunha, Maranhão: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, cartas n.ºs 350 a 355.

Não menos característico foi o modo por que preparou a decisão importantíssima, como se verá, de passar a canalizar recursos abundantes para os mercados internacionais de títulos. De facto, em 1857, e após definir as condições gerais em que estava interessado, solicitava a Knowles & Foster, de Londres, resposta às seguintes questões: Quais são os valores preferíveis para esse emprego? Quais os preços deles? Quais as despesas da sua aquisição? Quais as garantias para tornar a sua posse livre de perigo? Quais os meios para tornar mais vantajosa a operação de câmbio do dinheiro? Será o empréstimo Piemontez de 5% garantido pela França e Inglaterra? Será o empréstimo Grego garantido pelas três grandes potências? Será o empréstimo Turco, se ele tem a garantia das grandes potências do Ocidente (do que eu não estou certo, aliás não acredito nele)? Será a dívida interna ou externa de Espanha? Serão as obrigações dos Caminhos de Ferro garantidas pelo Governo Francês?» Ainda no mesmo espírito, recusava-se, em 1861, a comprar acções no mercado interno porque «retirado dos negócios [...] tenho a desconfiança de não poder ser bem informado»<sup>45</sup>.

A par da importância, quer da organização, quer da informação, dois outros elementos terão contribuído para o seu sucesso: o acesso, no momento preciso, a recursos financeiros abundantes e a sua abertura de espírito para todo o género de oportunidades de investimento, com a correspondente agilidade na transferência do dinheiro de uns para outros. Quanto ao primeiro destes aspectos, o relevo deve ir sobretudo para os anos iniciais da sua actividade como capitalista, durante os quais, como vimos, graças ao casamento e à associação com José Joaquim Teixeira, Eugénio de Almeida dispôs, com facilidade e reduzido custo, de largas dezenas de contos. Embora o contributo destas ligações não fosse só este, o capital assim obtido foi crucial para a participação, durante a década de 1840 e início da seguinte, em vários negócios de elevada rendabilidade, como sejam os tabacos e algumas especulações financeiras. Uma vez ultrapassada esta fase, Eugénio de Almeida tornou-se já um homem de tal forma rico que deixou de necessitar de tais ajudas, passando a basear praticamente toda a sua actividade no autofinanciamento. Verifica-se assim mais uma vez a observação de que as grandes fortunas raramente são realizadas numa só vida e a partir do nada. Alguma riqueza inicial está quase sempre presente na sua história<sup>46</sup>.

No que respeita à sua flexibilidade empresarial, não pode haver melhor demonstração do que a distribuição sectorial dos numerosos investimentos que efectuou entre 1843 e 1872 e que se resumem no quadro n.º 2. Ali se encontram, por exemplo, sob a designação de «comércio» (col. 9), as especulações tanto em produtos nacionais (azeite, vinho, cereais, têxteis), como em produtos estrangeiros (chá, café, açúcar), quer no mercado interno, quer nas praças do Norte da Europa, Brasil, Angola e Macau. Durante parte da década de 1850 há a registar a actividade industrial (col. 3), representada pela moderna e bem apetrechada empresa fabril de moagem estabelecida em Lisboa, com o escoamento do produto assegurado por uma rede de lojas de farinha na capital. Noutros momentos salientam-se os títulos da dívida pública e as acções de companhias que Eugénio de Almeida adquiriu não só em Portugal, mas também, e sobretudo, nas mais diversas praças do

<sup>45</sup> Carta a Henrique de Couto de Almeida Vale, Coimbra, Março de 1861: ACEA, Copiador de Cartas, 1860-62, carta n.º 2791.

<sup>46</sup> Ver os exemplos numerosos em Rubinstein, *Wealth and the wealthy*, passim.

Composição dos activos de Eugénio de Almeida, 1843-71 (no dia 31 de Dezembro de cada ano)  
(Porcentagem)

[QUADRO N.º 2]

Anos	Diversos (1)	Bens imobiliá- rios (2)	Indústria (3)	Acções de compa- nhias (4)	Finança (5)	Titulos estran- geiros (6)	Dívida Pública portuguesa (7)	Tabacos (8)	Comércio (9)	Valor total (contos de réis) (10)
1843	85	15	—	—	—	—	—	—	—	53
1844	2	10	—	82	5	—	—	4	—	73
1845	2	4	—	18	1	5	8	61	—	202
1846	2	4	—	5	5	—	—	84	—	180
1847	5	16	—	10	2	—	—	68	—	191
1848	8	17	—	—	22	—	1	51	—	212
1849	5	22	—	—	25	—	1	46	1	319
1850	5	23	5	1	28	—	2	33	3	406
1851	4	28	8	1	25	—	1	30	3	448
1852	4	26	15	—	23	—	1	28	2	476
1853	4	26	19	—	21	—	1	29	1	504
1854	3	23	17	1	25	6	1	24	1	616
1855	3	19	15	2	32	4	5	18	1	799
1856	2	27	10	1	27	5	9	17	1	856
1857	2	24	9	1	31	4	5	15	1	1087
1858	8	27	1	1	20	36	5	3	1	990
1859	4	25	—	1	12	53	1	—	3	1096
1860	5	23	—	1	9	61	—	—	1	1213
1861	6	26	—	1	9	58	—	—	—	1352
1862	8	36	—	1	5	49	—	—	—	1467
1863	9	36	—	—	5	49	—	—	—	1517
1864	13	36	—	1	8	41	—	—	1	1579
1865	11	43	—	1	9	35	—	—	1	1623
1866	12	57	—	1	11	19	—	—	—	1931
1867	14	59	—	1	9	17	—	3	—	1982
1868	12	66	—	1	7	11	—	3	—	1889
1869	12	68	—	1	7	8	—	4	—	1957
1870	12	68	—	1	6	8	—	4	1	1992
1871	12	66	—	1	8	8	—	4	1	2108

Fonte: ACEA: Livros Diários, 1843-72.

Nota — O valor total dos activos da col. 10 diverge do da col. 1 do quadro n.º 1 porque são valores brutos aos quais não foram abatidas várias dívidas e outros passivos de Eugénio de Almeida, como foi feito para o quadro n.º 1.

mundo (Londres, Paris, Madrid, Rio de Janeiro), movimentando o seu dinheiro entre elas, por vezes com grande rapidez.

Apesar de declarar uma atracção menor pelo mercado do dinheiro — representado pelos empréstimos e pelo desconto de letras —, também esta actividade manteve uma considerável importância durante largos anos (col. 5), muitas vezes com a intenção de, através dela, atingir um outro objectivo: a aquisição de terras. No seu dizer, «este negócio é mais de tática e de prontidão que de outra coisa.»<sup>47</sup> De facto, foram os «bens imobiliários» (col. 2) um dos mais sólidos pilares da sua carteira de activos, mas também aqui são abundantes os indícios da flexibilidade já referida. No mercado de imóveis, Eugénio de Almeida interessava-se tanto por prédios rústicos como por urbanos. Preferia a aquisição, mas aceitava igualmente ser rendeiro de terras. Quanto à localização, tinha zonas preferenciais — o Alentejo, o Algarve e Lisboa e cercanias —, mas o quadro das operações possíveis era realmente do Minho ao Algarve, chegando a estudar as oportunidades que

<sup>47</sup> Carta a António Maria de Pádua: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3912.

se deparavam no mercado de terra espanhol, concretamente na zona raiana de Badajoz.

A maneira como evoluiu a composição da sua fortuna sugere duas reflexões adicionais. A primeira é tornar bem clara a dificuldade que pode haver em aplicar a taxonomia corrente que divide a burguesia portuguesa do século passado segundo os sectores da economia em que estavam localizados os seus interesses. De facto, ao longo da sua vida activa, excepto talvez nos últimos anos, Eugénio de Almeida não só nunca esteve claramente ligado a um só «interesse», como, em termos sectoriais, a composição da sua fortuna variou consideravelmente. Épocas houve em que predominou a componente territorial, tal como noutras foram os negócios do Estado, ou a finança, ou as especulações bolsistas internacionais que tiveram a primazia. Em dada altura — meados da década de 1850 — de maior complexidade nesta situação pode-se mesmo dizer que, por estes critérios, pertenceu simultaneamente à burguesia agrária, industrial, do *export-import* e ainda à oligarquia financeira ligada ao Estado!

A segunda reflexão é que a verificação de uma tal diversidade, ao arripio do que até aqui tem afirmado maioritariamente a historiografia portuguesa, poderá suscitar dúvidas acerca da representatividade do exemplo apresentado, e para isto a única solução é, sem dúvida, a realização de um maior número de estudos como este. Entretanto, o pouco que sabemos acerca da distribuição sectorial dos activos de algumas famílias da grande burguesia portuguesa oitocentista parece apontar também para uma flexibilidade muito semelhante à de Eugénio de Almeida, assim como para uma sobreposição de interesses agrários, comerciais, financeiros e industriais<sup>48</sup>. De qualquer forma, a ser confirmado como paradigmático o caso de Eugénio de Almeida, isso não faria destoar a experiência histórica portuguesa da de outros países onde se tem verificado, sem grande surpresa, que a grande burguesia raramente concentrava os seus recursos num só sector e dificilmente se deixava classificar, quer pela ocupação, quer pela natureza da fortuna<sup>49</sup>.

Sabendo-se o cuidado com que Eugénio de Almeida planeava os seus investimentos, as cautelas de que rodeava as decisões e a informação em que as baseava, não deixa de ser interessante avaliar toda esta diversidade e mutação nos seus investimentos à luz dos seus próprios critérios de rentabilidade e de racionalidade. A questão que neste contexto se põe é a de tentar compreender a lógica das mudanças de ênfase na composição da sua carteira de activos ocorridas ao longo dos anos, indagando se elas corresponderam ao que poderíamos apelidar hoje de «estratégia empresarial». O objectivo é procurar saber em que medida estas mudanças terão representado ajustamentos racionais a alterações nas condições económicas vigentes ou previstas.

Vista por este prisma, a história empresarial de Eugénio de Almeida parece decompor-se em três fases, a primeira das quais, sensivelmente entre 1843 e 1847, é aquela em que a imagem tradicional da alta burguesia oito-

<sup>48</sup> Um dos exemplos é o da família Anjos, cuja base era uma das grandes casas comerciais de Lisboa — a Anjos e Companhia —, mas que, para além de uma posição importante no Crédito Predial Português, tinha interesses na agricultura alentejana, na indústria algodoeira e na extracção mineira. Ver Matos et. al., *Senhores da Terra [...]*, p. 134, e imprensa da época. Um segundo caso é o do visconde de Silves, o maior industrial corticeiro do seu tempo, mas que possuía vastas propriedades agrícolas no Algarve, além de se dedicar à exportação de cereais. Cf. documentação na posse da família.

<sup>49</sup> Rubinstein, *Wealth and the Wealthy [...]*, p. 178.

centista portuguesa melhor se ajusta à orientação por ele seguida. É também aquela em que, partindo do razoável pecúlio acumulado por herança e pelo casamento e mercê das suas ligações a grandes figuras públicas e empresariais da época, pôde associar-se e tornar-se um gestor activo em alguns dos grandes negócios ligados ao Estado e incentivados pelo cabralismo. De facto, com os 43 contos em dinheiro obtidos do dote da mulher e da venda de algumas «fazendas» que possuía investiu sucessivamente, e em geral com bons resultados, nas Companhias União Comercial, de que foi director, das Estradas do Minho, Confiança Nacional e Obras Públicas, de que também foi director. Mas o principal passo em frente neste período foi a sua entrada, como sócio e caixa geral, para o altamento lucrativo Contrato do Tabaco, Sabão e Pólvora, arrematado em 1844 por doze anos<sup>50</sup>. Entretanto realizava transacções de carácter bancário, como sejam o desconto de letras, os empréstimos a particulares e a compra e venda do depreciado papel-moeda, que o Banco de Lisboa não conseguira ainda extinguir. Ainda no domínio das especulações financeiras, juntou-se a três outras figuras — Manuel Gomes da Costa S. Romão, Francisco Ribeiro da Cunha e Manuel Cardoso dos Santos — para uma operação de compra e posterior venda de *bonds* da Dívida Externa Portuguesa de 4% (1845-46), além de outras operações já de menor importância com títulos da Dívida Interna, Bilhetes dos Servidores do Estado e outros papéis de crédito do Estado Português.

Finalmente, são de relevar duas facetas deste período que viriam a caracterizar significativamente a sua experiência mais adiante. Uma foi uma breve aplicação de fundos em títulos estrangeiros — 75 acções do Caminho-de-Ferro de Rouen ao Havre. A outra foi a sua actividade como gestor industrial, fuzadamente como sócio da Fábrica a Vapor para a Refinação de Açúcar, em 1846, e, de forma muito mais consistente, ao orientar boa parte da importante produção a que se dedicava o Contrato do Tabaco, Sabão e Pólvora nos três domínios da sua responsabilidade.

A segunda fase, que decorreu de 1847 a 1857, foi marcada por uma acentuada diversificação de interesses relativamente à anterior, mantendo-se, no entanto, os que vinham de trás. Intervieram nisto vários factores. Por um lado, enquanto eram cada vez maiores os recursos de que dispunha, não cresciam as oportunidades de negócio do tipo que tinha caracterizado o período anterior. Por outro lado, surgiam novas oportunidades na sociedade portuguesa que Eugénio de Almeida procurava energeticamente aproveitar, intensificando a sua actividade financeira, ao mesmo tempo que entrava decididamente nas aplicações produtivas, ou seja, na agricultura e na indústria. No campo financeiro continuou a praticar o mesmo tipo de operações já realizadas no período anterior: descontos de letras, empréstimos a particulares e ao Estado, com juros, por vezes à cabeça, de 6% a 10%, compra e venda de notas ou a arrematação, por intermédio de «testas-de-ferro», e posterior sublocação, de rendas do Estado, como, por exemplo, o Subsídio Literário. Mas aparece aqui um elemento novo: as operações de «cedência de crédito», ou seja, a aquisição a terceiros da posição de credores, que viria a ser um factor importante no posterior reforço do activo fundiário.

<sup>50</sup> O único estudo realizado sobre as companhias do cabralismo é Nuno Valério, «A Companhia Confiança Nacional (1844-1846)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 13, 1984, pp. 67-92. Há elementos também em Damião Peres, *História do Banco de Portugal*, Lisboa, Banco de Portugal, 1971, e sobre o Contrato dos Tabacos, Raul Esteves dos Santos, *Os Tabacos. Sua Influência na Vida da Nação*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 117 e segs.

Marcou esta fase também o projecto ambicioso por meio do qual procurava articular produção e rendas em cereais com uma moderna unidade fabril de moagem, cujo produto final se destinava tanto ao mercado interno, como ao externo. Ao mesmo tempo, instalou uma moderna exploração agro-pecuária no Algarve orientada para a produção de cereais (para a fábrica e para o mercado interno), plantações (para exportação) e criação de gado vacum para a manufactura de manteiga (para o mercado interno). Esta estratégia assentava em duas ideias fundamentais. Uma era que «os interesses agrícolas [...] são talvez os mais preferíveis, os mais nacionais da nossa terra [...] os que mais precisam de ser fomentados entre nós». A outra apontava na direcção da fábrica de moagem, porque era necessário «tornar mais fácil e, por consequência, mais barato e melhor o fabrico de pão, que é o sustento de todos, em todos os dias, e o principal sustento das classes pobres». A fábrica teria um mercado interno seguro e poderia ainda «facilitar a exportação para os países estrangeiros e para as nossas possessões ultramarinas dos nossos cereais reduzidos a farinha, única forma pela qual ali poderão ser admitidos com vantagem, animando [...] a agricultura [...]». Esta era a estratégia que Eugénio de Almeida designou pela da «dupla vantagem»<sup>51</sup>.

A concretização deste projecto traduziu-se pela aquisição de terra para a instalação de duas empresas agrícolas, uma no Algarve e outra na zona de Lisboa, e pela aquisição de terrenos e armazém em Lisboa, na Rua do Jardim do Tabaco, para a instalação da Fábrica de Farinhas. Das empresas agrícolas falar-se-á adiante, quando abordarmos a questão da gestão da terra. A Fábrica de Farinhas, por seu lado, resultou num «moderno estabelecimento fabril», com máquinas de vapor e peneiros importados de Inglaterra, oficinas auxiliares, armazém, cais próprio, onde foram instalados «aparelhos mecânicos movidos a vapor (ingleses) e destinados ao embarque e desembarque dos géneros, procurando deste modo uma economia de trabalhos braçais, tendência universal e legítima de todas as indústrias»<sup>52</sup>. A matéria-prima era o trigo que arrecadava da produção directa e de rendas, no Algarve e em Lisboa, ou que adquiria no Alentejo, no mercado lisboeta e nas ilhas.

Relacionada com estas actividades produtivas, é interessante ainda notar, embora de reduzida dimensão relativa, a abertura de nova frente de investimento: a actividade mercantil. «Tendo adquirido propriedades no Algarve e residindo ali alguns meses no ano, era natural que me ocupasse da carregação do figo, da amêndoa e de outros géneros daquele país. Assim o tenho praticado efectivamente [...]»<sup>53</sup> Era um comércio de géneros relativamente diversificado: no Algarve comprava figo e amêndoa, que vendia em Lisboa ou exportava, num sistema de comparticipação (carregações), para o Norte da Europa. No Alentejo, através de Vila Nova de Mil Fontes, comprava cereais que vendia em Lisboa. No Porto comprava vinhos e aguardente e em Alenquer tecidos, que carregava para Angola e Macau. Por último, importava café, chá e açúcar, que distribuía pelo mercado interno, do Algarve a Barcelos, usando para isso muitas vezes os estaqueiros locais do Contrato dos Tabacos.

Mas foi o mercado imobiliário, rústico e urbano, que suscitou a Eugénio de Almeida o maior interesse durante esta segunda fase. Além das pro-

<sup>51</sup> Requerimentos diversos de 1850 e 1851: ACEA, Copiador de Papéis Diversos-A, docs. n.ºs 23, de 1850, e 39, 41 e 47, de 1851.

<sup>52</sup> Ibid., doc. n.º 54, de 1852.

<sup>53</sup> Ver nota 44.

priedades rústicas acima referidas, ampliou as aquisições no Algarve e nos arredores de Lisboa e fez as primeiras compras no Alentejo. Em Lisboa adquiriu vários prédios, ao mesmo tempo que incorporava outros por herança dos sogros e de uma tia, começando, em consequência, esta parte dos seus investimentos a atingir, já por volta de 1850, a quarta parte do seu património global.

A última fase da sua vida activa, de 1857 a 1872, foi a da intensificação dos investimentos fundiários e a da viragem, por largos anos, para os títulos estrangeiros, com o abandono quase completo de tudo o resto. Foram várias as circunstâncias que terão contribuído para isto. Entre elas merece destaque certamente a lucratividade comparada das diversas aplicações possíveis e que procurámos sintetizar no quadro n.º 3 para as principais classes de investimentos realizados. Por ele se vê uma das razões pelas quais abandonou a actividade industrial, vendendo em 1858 a Fábrica de Farinhas, que ao longo de anos deixou sempre lucros inferiores aos que se podiam obter pelas propriedades do Alentejo ou da Estremadura ou, nos seus primeiros anos, pelos títulos estrangeiros. A outra era aparentemente de natureza pessoal: «[...] eu estou a liquidar todos os negócios industriais e mercantis que tenho porque não quero continuar nessa vida; e já V. S.<sup>a</sup> vê que, não querendo eu empregar os meus capitais no comércio, tenho precisão de consolidar uma boa parte deles em propriedades»<sup>54</sup>.

O retomar do investimento em títulos estrangeiros, em que já tivera uma breve experiência, data de 1854, sob a forma de títulos de dívida pública espanhola, uma aplicação que viria a gozar de enorme popularidade entre os capitalistas portugueses nas duas décadas seguintes. No entanto, foi só em 1857-58, numa «época carregada de negócios graves e urgentes», que esta orientação tomou uma expressão significativa, para o que terão contribuído factores como a conjuntura altista deste mercado grande e activo, onde era fácil liquidar posições, e a expectativa de uma boa taxa de rendimento<sup>55</sup>. Numa carta enviada em Março de 1857 aos banqueiros Knowles & Foster, de Londres, carta que pode simbolizar o início desta grande operação, justificava-a com o facto de, tendo «uma soma» disponível, não dispor de «meio de a empregar por ora em empregos neste país», pretendendo colocá-la em valores seguros nos países estrangeiros, mas «não se desejam acções industriais dos caminhos de ferro nem de quaisquer outras empresas»<sup>56</sup>.

Em princípios de 1858, possuidor já de informações sobre o mercado de títulos estrangeiros, emitia para Madrid e Londres as primeiras ordens de compra: títulos de Dívida Diferida de Espanha, Fundos Russos de 5% e apólices de Dívida Pública Consolidada do Brasil. Mas foi em Julho deste ano que, tendo disponível um volume considerável de fundos (provenientes da liquidação do Contrato do Tabaco, da venda da Fábrica de Farinhas, em 1857, a João Ashworth e Companhia e de letras), realizava uma vasta operação que o levou pessoalmente a Madrid, Paris e Londres, donde regressou com uma carteira «de fundos e obrigações de países estrangeiros» no

<sup>54</sup> Carta a António Joaquim da Silva Negrão, Portimão, Junho de 1857: Copiador de Cartas, 1857-58, ACEA, carta n.º 2117.

<sup>55</sup> Sobre a atracção como investimento que representavam os caminhos-de-ferro franceses ver François Carron, *An economic history of modern France*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1979, p. 71.

<sup>56</sup> Carta a Knowles e Foster, Londres, Março de 1857: ACEA, Copiador de Cartas, 1857-58, carta n.º 2071.

**Rendabilidade das principais classes de investimento**  
(Percentagem sobre o capital investido)

[QUADRO N.º 3]

Anos	Propriedades em Lisboa (1)	Propriedades no Alentejo (2)	Propriedades no Minho (3)	Propriedades em Mirandela (4)	Propriedades na Estremadura (5)	Fabrico de farinhas (6)	Ações de companhias nacionais (7)	Tabacos (8)	Títulos estrangeiros (9)	Dívida fundada (10)	Propriedades no Algarve (11)
1843	3,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1844	3,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1845	2,8	—	—	—	—	—	6,7	—	—	—	—
1846	3,8	—	—	—	—	—	60,3	—	—	—	—
1847	2,3	—	—	—	—	—	32,0	—	—	—	—
1848	4,3	—	—	—	—	—	54,2	5,5	—	—	—
1849	4,4	—	—	—	—	—	—	1,0	—	—	—
1850	5,6	7,4	—	—	10,7	—	—	5,1	—	—	—
1851	2,1	8,0	—	—	3,7	—	9,2	5,1	—	—	—
1852	11,1	12,1	—	—	3,7	2,1	10,6	—	—	—	—
1853	3,6	5,6	—	—	2,9	3,0	—	14,7	—	—	—
1854	6,6	5,7	—	—	1,2	4,5	3,9	6,4	—	28,5	—
1855	3,3	20,9	—	—	6,3	5,2	1,6	6,0	8,2	0,2	—
1856	5,3	2,4	—	—	5,4	3,9	6,4	18,0	7,1	6,9	3,8
1857	7,6	6,4	—	—	9,2	1,6	5,2	6,0	7,4	5,1	4,3
1858	6,6	7,1	—	—	3,7	—	3,2	5,4	3,0	5,1	4,3
1859	5,8	7,4	—	—	3,7	—	5,0	—	1,7	16,7	4,3
1860	5,3	8,2	—	—	4,8	—	4,3	61,0	4,6	21,0	4,3
1861	6,9	7,7	—	—	5,2	—	5,1	17,9	4,5	—	4,3
1862	8,0	3,6	5,9	—	5,2	—	4,7	—	3,5	—	4,3
1863	8,3	4,7	2,8	—	4,6	—	4,1	—	5,0	5,7	4,3
1864	6,4	5,6	2,8	—	3,0	—	3,6	—	5,0	6,1	4,3
1865	11,4	4,9	3,7	1,2	1,7	—	3,9	—	5,3	6,4	4,3
1866	3,5	6,2	2,6	2,8	0,7	—	3,9	—	5,4	6,4	4,3
1867	10,7	5,8	3,0	1,4	4,4	—	3,2	—	4,7	8,3	4,3
1868	14,2	5,5	3,1	3,3	3,6	—	3,5	—	?	8,0	4,3
1869	15,5	5,0	3,5	3,6	5,6	—	2,5	—	5,5	8,7	4,5
1870	6,8	6,0	2,6	3,4	4,3	—	3,1	—	8,9	8,8	4,5
1871	6,1	5,3	3,3	2,3	4,9	—	2,7	—	10,6	—	4,5

Fonte: ACEA: Livros Diários, 1843-72; Livros de Conta-Aquisição, 1848-72; Livros de Frutos das Propriedades, 1848-72.

Nota — Este cálculo teve como base o «custo histórico» dos investimentos. No caso do Algarve não foi possível reconstituir os valores do rendimento anual destas propriedades para os anos anteriores a 1856.

valor de 355 contos. O valor desta carteira, cuja evolução e gestão não podemos aqui analisar em pormenor, começaria, porém, a diminuir a partir de 1864. A crise das bolsas mundiais que se desenvolveu na segunda metade da década de 1860 veio afectar fortemente estes fundos e as ordens de venda sucederam-se, a ponto de, em 1869, o capital expresso nestes fundos apenas representar 8% do activo total. O capital realizado regressaria a Portugal para alimentar as aquisições imobiliárias.

Apesar da atracção óbvia por este tipo de especulação, foi pouco, em contrapartida, o dinheiro que Eugénio de Almeida colocou em acções das várias companhias nacionais existentes durante esta época. Sem dúvida, a fragilidade de muitas destas empresas, os seus característicos atrasos no pagamento dos dividendos e a falta de profundidade do mercado local de títulos bastam para explicar esta atitude. Apenas as melhores de entre elas — as Companhias dos Tabacos, das Lezírias, de Seguros Fidelidade e Segurança e o Banco de Portugal — figuravam na sua carteira, embora sempre com valores pequenos. Por isso também respondia, em 1857, à Companhia de Papel de Alenquer: «[...] prefiro receber o dividendo [cor-



respondente a 25% das acções] em dinheiro do que nas novas acções que se vai emitir.»<sup>57</sup>

No que toca à crescente ênfase dada durante estes anos à compra de propriedades rústicas, podem-se apontar como causas, mais uma vez, a sua lucratividade e segurança comparadas com as de outros investimentos, mas também a maior disponibilidade de terras à venda, no seguimento da legislação desamortizadora da década de 1860<sup>58</sup>. Com estas conjugavam-se considerações de fundo que merecem ser explicitadas por mostrarem como Eugénio de Almeida se esforçava sempre por integrar o imediato e o local da cena económica portuguesa numa perspectiva mais ampla e de mais longa duração. Assim, numa elucidativa carta dirigida em 1855 a um seu estreito colaborador, analisava os factores do que viria a ser a sua orientação estratégica de longo prazo para a aquisição de terra<sup>59</sup>:

*«É um facto conhecido de todas as pessoas que tratam com inteligência as matérias económicas e comerciais, que a descoberta excessiva de ouro, que tem tido lugar, nestes últimos anos, na Califórnia e na Austrália, e que continua numa progressão cada vez mais crescente, tende a depreciar, todos os dias, o valor da moeda, não se podendo calcular onde esta depreciação pare, nem a rapidez com que ela marchará. Como consequência natural disto, o que vende hoje uma propriedade qualquer, para receber o seu pagamento daqui a alguns anos, corre o risco de receber, nesse tempo, uma moeda que valerá muito menos então do que vale hoje; ao passo que a propriedade, que ele assim vendeu, valerá em réis, uma quantia muito maior [...]*

*Vejo que o valor dos prédios aumenta todos os anos; que os capitais que cada vez afluem em maior abundância do Brasil, e as fortunas novas, que se formam no país, procuram aquele emprego como o mais seguro e livre de riscos que os tem escarmentado [sic] nos negócios do Governo e nas transacções de letras. Vejo que não aparece um prédio de alguma importância que não seja cobiçado por muitas pessoas, a ponto de resultar desta concorrência, que apenas se tira um juro de 4 até 3% dos capitais que se empregam na compra de prédios. Em mim próprio acho um exemplo disto [...]*

*Há poucos anos havia bens nacionais em abundância. Há menos tempo ainda havia bens de vínculos a subrogar. Os capitais que procuravam prédios achavam estes facilmente. Hoje não há senão escassos restos de uma e outra coisa. Bem sei que em alguns pontos do Reino ainda este movimento ascendente do valor dos prédios se não fez sentir; nem podia deixar de ser assim, porque estas transições não se operam com a rapidez de um raio; mas esse movimento lá há-de chegar também. Em toda a parte, dentro e fora do Reino, aumenta o preço dos géneros que a terra produz; e este aumento não só faz a riqueza dos proprietários e lhes dá o apetite de as ter, mas aumenta também o valor das terras que dão esses produtos, cujo valor aumenta.»*

<sup>57</sup> Carta à Companhia de Papel de Alenquer, Junho de 1857: ACEA, Copiador de Cartas, 1857-58, carta n.º 2100.

<sup>58</sup> Cf. Helder Adegar Fonseca, «A propriedade da terra em Portugal 1750-1850. Alguns aspectos para uma síntese», comunicação ao seminário *Portugal 1750-1850: Rupturas e Continuidades*, Lisboa, CED, Abril, 1987 (no prelo), e a bibliografia aí indicada.

<sup>59</sup> Carta a António de Abreu Couceiro, Portimão, Junho de 1855: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1791.

A atitude em relação ao investimento fundiário que este escrito denuncia e os outros elementos acima aduzidos sugerem uma perspectiva um tanto contrária à que tem prevalecido acerca do comportamento da grande burguesia portuguesa do século XIX nesta matéria. De facto, parece estar-se longe de uma situação em que a terra era possuída «não pelos lucros que se almejavam da sua exploração directa, mas a sua posse [era tida] como fonte de renda, definidora de prestígio, de respeitabilidade, de honorabilidade, de acesso nos degraus da sociedade [...]»<sup>60</sup>. Perante uma tal divergência interpretativa, e atendendo, ao mesmo tempo, à considerável e crescente atracção de Eugénio de Almeida pela compra dos bens de raiz, é de toda a vantagem dedicarmos as páginas que se seguem ao estudo em mais pormenorizado deste aspecto da sua vida empresarial.

#### IV

Como foi já destacado, o interesse deste capitalista pela terra manifestou-se a partir de finais da década de 1840, traduzindo-se pela primeira vez, em 1847, na aquisição de uma importante propriedade no Algarve, o Reguengo de Alvor. Na sua perspectiva, o investimento na terra justificava-se exclusivamente como economicamente vantajoso, e isto por diversas razões. Eram favoráveis as expectativas para o sector agrícola: subida dos preços, melhoria das infra-estruturas de transporte, crescente procura de terra, arroteamentos. Por outro lado, a rendabilidade era boa: «Aqui junto de Lisboa, nas excelentes terras de trigo que há tenho ultimamente realizado compras que me dão esse resultado [o rendimento de 5%] ou um pouco melhor.»<sup>61</sup> A terra era também um investimento seguro, «mais seguro e livre de riscos que [...] [os] negócios do Governo [...] e [...] transacções de letras» ou que as aplicações industriais, «tão difíceis e arriscadas». Além disso, as circunstâncias apontavam para uma valorização apreciável do capital fundiário<sup>62</sup>.

Se a terra era uma aplicação rendável e se a conjuntura era favorável ao investimento fundiário, para tirar partido destas vantagens era necessário que a aquisição de terras só se concretizasse em determinadas condições. Um pedido de informação solicitado a um seu administrador em 1854 resume os dados prévios a ter em conta para decidir uma aquisição: «A sua extensão, a qualidade do seu terreno, a natureza da sua cultura; se anda arrendada, a quem, por quanto tempo e por que preço; se paga algum foro, pensão ou quinhão; se tem monte e em que estado; a que distância fica da vila; se tem terrenos para arrotear, sua qualidade, extensão que têm, mato que neles se dá; se tem água de poços, fontes ou ribeiras; e, em geral, todos os esclarecimentos que me possam habilitar a formar um juízo seguro acerca do seu valor.»<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> Aurélio de Oliveira, «A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos xvii–xviii)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, 1980, p. 4; ver também Fernando de Sousa, «A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 2, 1978, p. 70.

<sup>61</sup> Carta a Francisco Joaquim de Soure Rosado, Évora, Maio de 1865: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 4016.

<sup>62</sup> Ver nota 59.

<sup>63</sup> Carta a Joaquim Felizardo da Cunha Osório, Elvas, Novembro de 1854: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1669.

Para Eugénio de Almeida, a preferência ia para os prédios, que, «além dos terrenos cultivados, e que dão um rendimento já conhecido, tem também grandes tractos de terreno cobertos de mato, mas de excelente qualidade e susceptíveis de uma exploração lucrativa para mais de uma cultura [...]». O partido que tira, com pequena despesa, desses terrenos, o novo proprietário que os adquire e que vai residir nelles (e não está distante como eu estou) faz subir em poucos anos o valor da propriedade inteira. E, reunindo o capital do custo e o capital das arroteias, esse novo proprietário vê que o juro, que tira de ambos esses capitais, é maior do que ao princípio tinha calculado. Por isso, em toda a parte, e principalmente nos países onde há verdadeira inteligência agrícola, as propriedades que têm bons terrenos susceptíveis de serem arroteados, valem muito mais do que as outras, que já estão de todo feitas»<sup>64</sup>. Outro factor importante era a localização dos prédios. Obviamente, apenas lhe interessava adquirir os prédios de mais fácil acesso ao mercado e às redes de transportes.

À vista do emaranhado que envolvia os direitos de propriedade territorial nessa época e o relativo atraso em Portugal do estabelecimento do registo predial, pouco surpreende a exigência que fazia de um rigoroso conhecimento da situação jurídica de qualquer prédio que comprava. «O exame dos títulos deve ser feito com todo o escrúpulo», pois, «no meio desta revolução frenética de leis e de factos, que entre nós se tem verificado, há anos a esta parte, muitos direitos que antes eram sagrados teem hoje desaparecido. Não pretendo desconhecer nem usar de chicana alguma para contestar qualquer direito legítimo [...] desejo porém verificar bem em que se funda esse direito [...]»<sup>65</sup>. Sem esta precaução eram elevados os riscos e perdiam-se as vantagens que doutro modo poderiam existir.

Por vezes, Eugénio de Almeida sujeitava-se a fazer uma compra, mesmo sem todos estes dados. Era o que acontecia quando os prédios em negócio estavam muito distantes, quando eram adquiridos para liquidar créditos, antecipando-se assim à participação judicial como credor em processos de falência, ou quando eram contíguos a propriedades da casa. Neste último caso, «pela sua colocação, podem juntar-se de um modo conveniente às minhas propriedades», pois «um bocado de terra pegado a propriedades nossas, ainda que não preste para muito quando se vende muito barato, convém quasi sempre comprá-lo». Esta mesma facilidade estava presente quando com a aquisição de um imóvel se pretendia apenas negociar com terceiros direitos sobre outros prédios<sup>66</sup>.

A aquisição da terra realizava-se por todos os processos então possíveis: arrematação de bens nacionais, compra a particulares, incluindo os «contratos de troca e subrogação», arrematação judicial (de heranças e massas falidas), execução de empréstimos por hipotecas ou por negociação antecipada de créditos sobre casas em «péssima situação comercial» e, neste caso parti-

<sup>64</sup> Ver nota 59.

<sup>65</sup> Carta a Joaquim Felizardo da Cunha Osório, Elvas, Julho de 1850; ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 544. Note-se que esta prática se mostrou de grande utilidade em bens como os da Casa do conde do Redondo, onde se detectaram vários aforamentos ilegais, ou da Casa dos Bacelares, em Tomar, que «andava num estado completo de confusão» (1864).

<sup>66</sup> Carta a Francisco Joaquim de Soure Rosado, Évora, Outubro de 1864; ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3814. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1863, com a aquisição do domínio da Herdade das Pimentinhas (Évora) para troca por um quinhão que onerava a Herdade de Alimo, de Fernão Godinho (Évora). Cf. Contrato de venda de 2 de Agosto de 1863; ACEA, Copiador de Papéis Diversos-B.

cular, «não tanto como aquisição que eu procure mas principalmente como meio de salvar um capital que considero muito arriscado»<sup>67</sup>.

Não é ainda possível avaliar em termos globais qual destes processos foi o mais utilizado. Pelo menos até 1857, a maior parte das aquisições resultaram de sub-rogações de vínculos e da venda de bens nacionais aplicada ao Fundo de Amortização a cargo do Banco de Portugal na conformidade da legislação de 1837, 1846 e 1848. Tudo indica, porém, que o maior volume de bens foi adquirido com recurso aos «contratos de troca e subrogação» de bens vinculados a coberto do decreto sobre os vínculos de 4 de Abril de 1832. Foi a aceitação oficial de uma interpretação ampla do artigo 24.º do referido decreto, que autorizava a troca de prédios por certos outros bens, que constituiu a base para a realização de algumas importantes transacções imobiliárias.

Beneficiando desta flexibilidade, os prédios vinculados eram trocados por inscrições de Dívida Pública e as propriedades a sub-rogar ficavam livres, alodiais e sem encargos fixos ou de qualquer outra natureza, enquanto as inscrições passavam para o lugar das propriedades, adquirindo a qualidade vincular e seguindo a vocação do instituidor. Graças a este processo, Eugénio de Almeida pode concretizar a compra de grande número de prédios a várias das principais casas da antiga nobreza: entre outros, à Casa Pessanha (1851), conde de São Lourenço (1855), conde do Redondo e de Soure (1855-56) e marquês de Loulé (1857). Esta última operação, mais volumosa, só ficou definitivamente concluída em 1866, envolvendo mais de 40 prédios, na maioria herdades situadas no Alentejo.

#### Despesas da casa: média anual em milhares de réis

[QUADRO N.º 4]

Rubricas	1844-49		1850-54		1855-59		1860-64		1865-68	
	Milhares de réis	Porcentagem	Milhares de réis	Porcentagem	Milhares de réis	Porcentagem	Milhares de réis	Porcentagem	Milhares de réis	Porcentagem
Casa . . . . .	1 503	31,6	3 733	51,6	5 277	46	4 098	38	5 830	42,7
Pessoais . . . . .	1 603	33,8	1 552	20,4	3 038	26,4	2 563	23,7	2 700	19,7
Culturais . . . . .	197	4,1	475	6,6	1 133	9,8	1 077	9,9	836	6
Beneficência . . . . .	174	3,6	422	5,8	1 461	12,7	2 437	22,5	1 241	9
Diversas . . . . .	1 267	27,7	1 058	14,6	564		626	5,7	3 035	22,2
Total . . . . .	4 744	100	7 240	100	11 473	100	10 801	100	13 642	100

Fonte: ACEA: Caixa das Despesas de Casa, 1844-70.

Nota — As rubricas são constituídas da seguinte forma:

- Casa*: despensa e cozinha, criados, móveis, louças e vidros, higiene e diversos.
- Pessoais*: equipagem, ouro e prata, viagens e recreio, roupas, jazigo, diversos.
- Culturais*: publicações, objectos de arte, educação dos meninos.
- Beneficência*: caridade e piedade.

O principal inconveniente desta forma de agir era, para além da complicação burocrática, o facto de as transacções «desta natureza [serem] sempre um pouco demoradas»<sup>68</sup>. Em contrapartida, as dívidas acumuladas por muitas destas famílias e o seu estado financeiro pouco desafogado compensavam tais desvantagens. Foi o que se passou com a operação realizada com a Casa do conde de Redondo, em meados da década de 1850. Em 1855, Eugé-

<sup>67</sup> Carta a António Abreu Couceiro, Portimão, Setembro de 1864: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3792.

<sup>68</sup> Carta a Jacinto da Rosa Abrantes e Oliveira, Évora, Janeiro de 1855: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1711.

nio de Almeida e José Maria Perdigão Dinis, um capitalista e lavrador de Évora, compraram aos Seixas Bastos e a Mayer Júnior, por 22,5 contos de réis, a cedência do crédito sobre aquela Casa, no valor de 15,25 contos a um juro de 10%. No ano seguinte compraram outro crédito de 16,4 contos. A liquidação da parte maior desta dívida, que em 1869 não estava ainda completamente saldada, ocorreu entre 1856 e 1859 e envolveu bens vinculados e livres. Os primeiros, pelo menos os situados no Alentejo, entraram no contrato de troca e sub-rogação, os restantes, ou parte deles, foram negociados e adquiridos por escrituras de compra e venda.

Apesar de, no mercado fundiário, a oferta nem sempre ser tão abundante como desejaria, é um facto que era suficientemente grande para suscitar a necessidade de uma reflexão e de uma estratégia para a compra dos seus bens de raiz. Numa primeira fase, de 1847 a 1855, em que Eugénio de Almeida esteve motivado para a exploração directa na agricultura e para o comércio de produtos agrícolas, a sua orientação foi sobretudo para as propriedades no Algarve ou próximas de Lisboa, de terras boas e bem localizadas. Assim, a propósito dos 4000 ha adquiridos próximo de Portimão, escrevia:

*«Os prédios que excedem a renda de um conto de reis, são raros no nosso Paiz e ainda mais raros nessa província. Os meus, que, unidos como estão, se podem considerar um só prédio, já hoje rendem alguns contos de reis e ainda há rendas para aumentar muito como a de Boina e Arge e ainda todos os meus prédios teem um campo vastíssimo para exploração que lhes pode dobrar umas poucas de vezes a renda, situados junto do melhor porto do Algarve e do porto de carregação dos géneros dessa Província. Grande parte deles são banhados pelo rio que forma esse porto. Tenho nesses prédios uma ribeira perene de água que os fertiliza e que bem dirigida e aproveitada, pode ser um manancial fecundo de riqueza; tenho um Convento situado no melhor porto desse rio, tenho os salgados dele que se podem cubrir de marinhas [...]*

*V. S.<sup>a</sup> que sabe que os géneros privativos do Algarve não tem entre nós outra província que lhes faça concorrência; [...] que a riqueza das populações estrangeiras e a facilidade dos meios de comunicação da Europa tornam cada vez maior a procura desses géneros e mais subido o seu preço; [...] que os vinhos do Algarve, desprezados por tanto tempo, porque o seu mau fabrico anulava as qualidades preciosas que a natureza deu à uva, principiam [...] a anunciar um futuro cheio de fortuna.»<sup>69</sup>*

Subsequentemente, depois de breve período em que, por razões que analisaremos adiante, pensou seriamente, mas sem nunca o fazer, em vender todas as propriedades do Algarve, iniciou uma segunda fase, desta vez de canalização dos recursos para o Alentejo<sup>70</sup>. Aí, não só as perspectivas eram boas pelo alargamento do mercado de terras que se vinha a dar havia algum tempo, como também porque existiam amplas oportunidades oferecidas pelo sistema dos «contratos de troca e subrogação». Graças sobretudo a estas últimas, em poucos anos Eugénio de Almeida conseguiu constituir um vasto, mas disperso, património fundiário, situado no triângulo entre Alvito, Moura e Estremoz, o que acabou também por levá-lo a conceber estas aquisições segundo duas regras distintas. As compras, tendo em vista a consolidação

<sup>69</sup> Carta a António de Abreu Couceiro, Portimão, Junho de 1855: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1791.

<sup>70</sup> Ver nota 89.

das propriedades em grandes blocos territoriais, fê-las de preferência no concelho de Évora e limitrofes. As terras que adquiria no resto do Alentejo e que se revelavam de administração mais custosa, serviam para negociar por troca ou venda, a fim de obter as que realmente pretendia.

A partir do início da década de 1860, porém, o mercado de terra no Alentejo começou a tornar-se mais difícil. Por um lado, era a competição por parte de interesses diversos, em que se relevam os de famílias locais sobre as quais Eugénio de Almeida nem sempre tinha a melhor opinião: «[...] essa classe de pseudo-espertos, espécie de mediocridades, que andam toda a sua vida imaginando e fazendo pequeninas espertezas e gírias, e vivem e morrem, apesar disso, em um lastimoso estado.» Por outro lado, era o próprio envolvimento do seu nome como comprador interessado que dava de imediato «lugar a pertenções [sic] excessivas de preço»<sup>71</sup>.

Persistindo, apesar de tudo isto, o seu interesse no mercado fundiário, foi preciso gizar novas soluções. A primeira foi alargar a aquisição a outras regiões. A principal nova região de interesse passou a ser a do Ribatejo, onde acabou por realizar a sua mais importante aquisição, o Paul de Boquilobo, comprado em 1866 ao marquês de Nisa, pela quantia de 350 contos de réis, e ao qual anexou um extenso terreno inculto que custou 40 contos. A segunda, para contrariar as dificuldades que se lhe deparavam no mercado alentejano, consistiu em modificar os métodos de aquisição em relação ao mercado privado da terra. Em consequência, algumas operações de aquisição, particularmente na zona fulcral de Évora, passaram a ser mais discretas e, em alguns casos, confidenciais: «Eu desejo muito comprar esta herdade se o seu preço não for excessivo. Parece-me porém conveniente que ninguém saiba das minhas intenções. E se V. S.<sup>a</sup> pudesse tratar da compra sem ir à praça e sem se saber que era para mim, seria mesmo um grande achado.» Noutra caso pedia «o favor da me informar qual é o valor da herdade de Repoula [...] considere confidencial a comunicação que lhe faço [...]»<sup>72</sup>.

Ao mesmo tempo, passou a interessar-se pelo mercado dos arrendamentos, para tentar colher vantagens dessa posição no momento da venda: «Quanto ao arrendamento da Torre de Coelhoiros e mais bens do Conde de Terena, V. S.<sup>a</sup> bem pode avaliar que não foi a tentação de ser rendeiro que mo fez desejar. Como é possível que mais tarde ou mais cedo estes bens se vendam queria eu, daquele modo, poder conhece-los melhor e evitar dificuldades. Se V. S.<sup>a</sup> se quizesse associar a mim, era unicamente para mandar tratar deste negócio, sem trabalho próprio e receber os interesses que houvesse, ficando os riscos por minha conta [...] Se vir que ainda é tempo tracte dele em meu nome ou no seu ou no de um testa de ferro [...]»<sup>73</sup>.

Tudo isto era completado por uma intensificação das aquisições para troca e venda. Assim, por exemplo, as propriedades adquiridas a José do Vale e situadas nos concelhos de Cuba e Alvito foram-no com a «deliberação positiva de vender [...] ou de as trocar por outras próximas das que tenho

<sup>71</sup> Carta a Rafael Maria da Silveira Sarmiento, Estremoz, Fevereiro de 1860: ACEA, Copiador de Cartas, 1860-62, carta n.º 2628; carta a Andrés Camps, Agosto de 1864: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3748.

<sup>72</sup> Carta a Justino Coelho Palhinha, Montemor-o-Novo, Novembro de 1864: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3834.

<sup>73</sup> Carta a Francisco Joaquim de Soure Rosado, Évora, Abril de 1865: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3985.

em Évora e nas suas vizinhanças», e por isso não «as quero ligar com arrendamentos longos», pois «seria um estorvo»<sup>74</sup>.

Como é natural, os seus interesses na aquisição da terra eram mais amplos do que aqueles acima enunciados. Adquiriu propriedades em Barcelos, embora com fins recreativos, e em Mirandela, todas as propriedades de António Xavier T. Homem Brederode da Cunha, por crédito por hipoteca. Mas, à excepção do mercado dos concelhos de Lisboa e limítrofes, que sempre o interessaram, foi primeiro no Algarve, depois no Alentejo e finalmente no Ribatejo que consolidou a maior parte do seu capital fundiário. Em 1872, o valor oficial do património imobiliário (rústico e urbano) deste capitalista representava 79% da sua fortuna e, como resultado do que se acaba de expor, distribuía-se da seguinte forma:

**Bens de raiz: percentagem em valor da fortuna total**

[QUADRO N.º 5]

Distritos	Urbanos	Rústicos	Total
Lisboa .....	7,6	6,0	13,6
Santarém .....	—	21,4	21,4
Évora .....	0,1	32,1	32,1
Beja .....	—	2,0	2,0
Portalegre .....	—	1,0	1,0
Braga .....	—	0,3	0,3
Bragança .....	—	2,3	2,3
Algarve .....	—	6,3	6,3
<b>Total .....</b>	<b>7,7</b>	<b>71,2</b>	<b>79,0</b>

Fonte: Inventário por morte do Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Maria Eugénio de Almeida, 1872: ACEA.

Como seria de esperar, o modo de gerir à distância um tão vasto e complexo património fundiário não podia senão ser objecto do mais aturado estudo e reflexão. Uma via, o aforamento, apesar de favorecida na época por grandes nomes e escritores, não lhe mereceu qualquer espécie de aplauso. Para ele, «a ideia de uma servidão perpétua na minha propriedade repugna-me»<sup>75</sup>. E acrescentava, dez anos mais tarde, perante as insistências de pessoas que queriam fazê-lo alterar esta posição: «[...] expuz detidamente as muitas razões que me teem feito tomar a resolução definitiva de não aforar propriedade ou parte alguma, grande ou pequena, de propriedade minha a pessoa alguma, nem ainda a amigos meus particulares que me teem pedido com instância. É esta uma regra fundamental que sigo na administração da minha casa, à qual regra ainda não fiz uma só excepção.»<sup>76</sup>

Restavam por isso a exploração directa e o arrendamento e de qualquer destes fez amplo uso. Para gerir as suas terras criou um sistema de adminis-

<sup>74</sup> Carta a João António Martins Moron, Viana de Alentejo, Outubro de 1869: ACEA, Copiador de Cartas, 1869-70, carta n.º 5983.

<sup>75</sup> Carta a José Joaquim Marítimo, Portimão, Dezembro de 1854: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1675. A recusa do aforamento é uma atitude persistente. Eugénio de Almeida não celebrou um único contrato de aforamento como senhorio directo. Contudo, em 1871 concedeu um arrendamento a longo prazo (100 anos e 3 meses) no conjunto das principais propriedades que possuía no Algarve. Cf. Contrato de arrendamento a longo prazo com Joaquim de Almeida Negrão: ACEA, Caixa de Papéis Diversos.

<sup>76</sup> Carta a Rafael Maria da Silveira Sarmiento, Estremoz, Setembro de 1864: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65, carta n.º 3777.

tração pelo qual entregava grupos de propriedades a administradores cuja função era essencialmente cumprir as instruções recebidas e fornecer semanalmente informações detalhadas. «Eu não posso obrar como os fidalgos, que delegam aos seus agentes toda a administração da sua casa, reservando para si o ócio. Administrando eu próprio as minhas cousas, está visto que é a minha acção que domina em tudo, quando não dou aos meus empregados a faculdade de obrar como entenderem. Não há nisto questão de confiança ou desconfiança; é um sistema em lugar d'outro.»<sup>77</sup>

Estas administrações tinham uma contabilidade autónoma, mais simples se a gestão recaía apenas sobre arrendamentos, mais exigente se envolvia também exploração directa. No primeiro caso, o administrador tinha de elaborar um livro de registo de correspondência recebida e emitida, outro para lançamento das despesas (administração, benfeitorias e encargos fundiários) e receitas (rendas) e fazer mapas anuais das colheitas realizadas pelos rendeiros.

No segundo caso, como, por exemplo, o Reguengo do Alvor, além dos livros de correspondência — para «que a leia repetidas vezes, que estude bem o seu espírito, que medite as recomendações e as ordens que eu tenho estabelecido [...]»<sup>78</sup> —, havia os livros de caixa semanal, boletins agrícolas e boletins das construções, de que devia enviar uma cópia semanal. Além disso, o administrador devia elaborar mapas mensais da existência e consumo de géneros, do pessoal (por vezes era exigida uma informação biográfica sobre os feitores, guardas e outros empregados com funções de maior responsabilidade) e mapas anuais dos arroteamentos, ceareiros e arroteadores, sementeiras, colheitas e plantações, tudo desagregado por courelas; inventários anuais do gado e trem de lavoura. Na exploração «deve superintender superiormente todos os trabalhos porque é o responsável pela sua boa economia e pela sua perfeição»<sup>79</sup>.

Os administradores das propriedades eram, em regra, recrutados entre empregados do Contrato do Tabaco, mas, na década de 1860, Eugénio de Almeida recorreu também a quadros formados na Casa Pia. Em 1869, dirigindo-se ao seu novo administrador de Évora, acentuava: «Aquele homem [o antigo administrador] não tinha nem os hábitos nem educação que se exige para uma administração regular. E V. S.<sup>a</sup> deve tê-los porque esteve quatro anos na minha escola. Além disso V. S.<sup>a</sup> não tem outro amo e o Manuel [...] tinha muitos», isto é, era administrador de outros contra ordens expressas, o que motivou o despedimento<sup>80</sup>. Este pessoal de administração constituiu sempre motivo de preocupação devido à dificuldade em encontrar quadros competentes, chegando mesmo a contratar um quadro francês. Para dar um exemplo, enquanto o Reguengo do Alvor esteve em exploração directa, entre 1847 e 1854, foram nomeados quatro administradores. O segundo deles confessava mesmo que não tinha «estudos próprios para uma tal administração».

Uma das maneiras de ultrapassar esta deficiência era fornecer-lhes informação técnica: «[...] recomendo-lhe muito a leitura reflectida da excelente obra

<sup>77</sup> Carta a Manuel António Monteiro Júnior, Évora, Novembro de 1869: ACEA, Copiador de Cartas, 1869-70, carta n.º 6087.

<sup>78</sup> Carta a Joaquim Higinio Ribeiro Neves, Portimão, Maio de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 456.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> Carta a Manuel António Monteiro Júnior, Évora, Setembro de 1869: ACEA, Copiador de Cartas, 1869-70, carta n.º 5924.



que lhe envio *Maison Rustique* na parte que tem aplicação aos ramos de cultura de que nos ocupamos.»<sup>81</sup> A administração do Algarve dispunha de uma biblioteca agrícola razoável e recebia sistematicamente informação técnica. A alguns administradores, Eugénio de Almeida incentivou mesmo a realização de estudos práticos para publicação. Uma segunda solução era contratar técnicos especializados (arquitectos, engenheiros, desenhadores, agrónomos) para a direcção de determinadas benfeitorias (construções agrícolas, rede de estradas, sistema de drenagem). «Empreender trabalhos destes sem estudos [...] é jogar um jogo de azar.» Por isso, em 1869, para executar uma parte do plano de melhoramentos na propriedade Paul de Boquilobos, dirigido por um engenheiro, contrata os serviços de uma firma parisiense, que na altura tinha a seu cargo a construção da ponte de Abrantes, para realizar um movimento de 80 000 m<sup>3</sup> de terra e construir um ramal de caminho-de-ferro com 4,5 km<sup>82</sup>.

Mesmo assim, os resultados nem sempre foram os esperados. As benfeitorias empreendidas no Reguengo do Alvor entre 1850 e 1855, nomeadamente as construções rurais e o plano de escoamento de águas inicialmente dirigidas por um director qualificado, não chegaram a ser concluídas, devido a falhas técnicas. A tecnologia moderna importada de França e de Inglaterra, por conselho de um prestigiado agrónomo, se não falhou completamente, mostrou-se parcialmente desadequada aos terrenos.

São particularmente interessantes, no contexto do debate acerca da relação da burguesia portuguesa com a posse da terra, os dois períodos — 1848-55 e 1864-72 — em que Eugénio de Almeida se empenhou vivamente na administração directa de algumas das suas maiores propriedades, dando mostras não só de um espírito vincadamente empresarial, mas também de uma atitude de grande flexibilidade perante o progresso técnico agrícola. A respeito deste último, são de registar as suas palavras dirigidas a um lavrador de Évora: «[...] faça quantas experiências agrícolas quiser mas sejam sempre em ponto muito pequeno e só depois de conhecer praticamente que elas dão bom resultado deve ir desenvolvendo essas experiências em escala maior. Não há erro mais funesto em agricultura do que julgar que as regras agrícolas são as mesmas, apesar de serem diferentes os climas e as circunstâncias. As experiências imprudentes feitas em ponto grande têm arruinado milhares de pessoas.»<sup>83</sup>

É ilustrativa a experiência havida com o Reguengo do Alvor, uma propriedade com 1100 ha de extensão e que Eugénio de Almeida arrematou em hasta pública em 1847. No momento da aquisição dispunha de uma casa para habitação do caseiro, um armazém, duas alpendoradas com palheiro (uma arruinada), pouquíssima terra cultivada (por um rendeiro da Fazenda Nacional) e uma grande extensão de mato.

O plano inicial previa o «estabelecimento de um numeroso rebanho de vacas, para a manufactura de manteiga», o arroteamento das terras de mato «para plantar um extenso figueiral», a produção de cereais e leguminosas, «culturas novas» (prados artificiais), a construção de um *château*, com cozinhas, armazéns, vacaria e abegoaria, que seria o «coração deste grande

<sup>81</sup> Carta a Francisco José Galaghar Júnior, Dezembro de 1848: ACEA, Reguengo do Alvor — Copiador de Cartas-A, carta n.º 166.

<sup>82</sup> Carta a Mr. Labell, Abrantes, Setembro de 1869: ACEA, Copiador de Cartas, 1869-70, carta n.º 5935.

<sup>83</sup> Carta a Andrés Camps, Azaruja, Agosto de 1864: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-65.

corpo», e a realização de obras para «escoamento das águas»<sup>84</sup>. Por conselho de um agrônomo português que estagiava num instituto agrícola de Paris, contratou-se um agrônomo do Instituto de Grignon para administrador. De França vieram ainda sementes para pastos artificiais, a tecnologia de rotear e lavrar (charruas de rotear e lavrar modernas, de dupla aiveca, grades energéticas, etc.) e também informação tecnológica: tratados sobre plantação de árvores, tratamento de florestas, irrigação, estrumes, construções e tecnologia rural. Em Londres adquiriram-se charruas inglesas e sementes diversas para prados artificiais, enquanto da Bélgica vinha informação sobre vacarias e gado adequado para produzir manteiga, embora se acabasse por adquirir vacas e um reprodutor holandeses, considerados os mais aptos. Da Alemanha trouxeram-se cangas simples e compostas e tecnologia para lacticínios, das Ilhas do Atlântico e dos EUA vieram sementes. Não se desprezaram, porém, os recursos e as técnicas nacionais. Da Beira veio gado para cruzar com o gado algarvio, do Alentejo veio a tecnologia de lavra e de Lisboa as telhas, tijolos, estruturas metálicas e outros materiais de construção civil em que o mercado algarvio se revelou incapaz de satisfazer as necessidades, tanto qualitativa como quantitativamente.

A despeito desta multiplicidade de iniciativas e de inovações, os resultados desta fase de arranque não foram felizes, tornando-se por isso necessária a revisão deste primeiro plano. As experiências com prados artificiais não resultaram e o projecto da criação de gado leiteiro foi abandonado. Em 1850, Eugénio de Almeida reconhecia ter sido «prematura a ideia de tratarmos de prados artificiais: não tínhamos nem tempo, nem arranjos, nem águas encaçadas, nem terras preparadas para eles. Novo exemplo para provar que em todas as coisas agrícolas, se vai erradamente quando não se caminha com muito sistema e método»<sup>85</sup>. Em 1851 definia-se portanto a nova opção: além de uma lavoura extensa e diversificada, intensificar, para o mercado, a plantação de figueiras, amendoeiras, vinha, assim como de alfarroba para o sustento do gado. Em 1853-54 já estavam plantadas 8827 figueiras (e 2490 estavam prontas para replantar), 625 amendoeiras (com 2008 em viveiro) e 8974 videiras. Para protecção dos ventos plantaram-se pinheiros, cedros e outras árvores, enquanto do Minho mandou vir o tojo para «que depois sirva para ser cortado convenientemente a fim de ser lançado nas camas do gado e no aumento dos estrumes»<sup>86</sup>.

Mas o maior avanço foi no arroteamento. Entre 1848 e 1854 ter-se-ão arroteado pelo menos 300 ha com base em dois sistemas: pela cedência de terras a lavradores-arroteadores e por conta própria, à jorna ou por empreitadas contratadas com trabalhadores algarvios e espanhóis. As terras arroteadas que não foram destinadas para as plantações e não foram entregues a seareiros ou a colonos do Minho —cerca de 90 courelas, que, na melhor das hipóteses, representariam 25% da área total— integravam a exploração da casa. Das culturas temporãs produzia-se trigo, cevada, aveia, centeio, fava e tremçoço; das serôdias, milho, feijão, chícharo, grão e linhaça.

<sup>84</sup> Carta a Isidoro Emilio Baptista, Paris, Janeiro de 1848: ACEA, Copiador de Cartas, 1848, carta n.º 1; ver também Memória sobre escoamento de águas do Reguengo do Alvor, 1850: ACEA, Reguengo do Alvor — Caixa de Papéis Diversos.

<sup>85</sup> Carta a Francisco José Galaghar Júnior, Janeiro de 1850: ACEA, Reguengo do Alvor — Copiador de Cartas-A, carta n.º 362.

<sup>86</sup> Carta a António Maria de Pádua, Portimão, Outubro de 1854: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1646.

Os aumentos de produção conseguidos com este método foram verdadeiramente notáveis. Se compararmos os resultados obtidos na produção directa com os realizados por um antigo rendeiro em 1834, eles são 10 vezes superiores no trigo, 15 vezes na cevada, 10 vezes na fava, ao passo que a produção da casa em cereais passou de 1113 alqueires em 1849-50 para 4600 em 1853-54. Apesar disso, nem sempre correspondiam às expectativas de Eugénio de Almeida, que escrevia em 1850: «[...] o resultado da colheita foi uma verdadeira miséria capaz de desanimar a qualquer outro que não tivesse um ânimo tão constante. Não só a colheita tomada na sua totalidade é uma insignificância mas sobretudo é para lamentar o seu mesquinho produto em proporção das sementes que se lançaram à terra.»<sup>87</sup>

A prazo, porém, e mesmo depois do dispêndio de largas dezenas de contos de réis em benfeitorias, todo este esforço se saldou por uma rendabilidade para ele menos satisfatória. Coloca-se, por conseguinte, a questão de saber por que razão decidiu abandonar a exploração directa e incluir o Reguengo do Alvor no grupo das restantes propriedades que andavam à renda naquela província.

Os motivos parecem ter sido, em parte, de ordem pessoal e, em parte, de natureza empresarial. Quanto aos primeiros, é o próprio Eugénio de Almeida que revela que, «aborrecido como estou pelas fadigas e incómodos que me causam sempre as minhas idas (uma a duas vezes no ano por períodos que não excedem um mês) a essa vila [...] decidi arrendar [...]», e por isso estava mesmo disposto a vender todos os prédios no Algarve e a «fazer a troca do valor deles por outras propriedades no Alentejo, para melhor cómodo meu e para melhor organização da minha casa»<sup>88</sup>.

Quanto aos segundos, parecem ter actuado dois tipos de problemas. Um deles era a convicção de que os bons resultados eram menos certos numa exploração tão grande e tão distante e que, ao mesmo tempo, requeria tantos cuidados. O outro era o mercado local de trabalho, onde se fazia sentir sempre uma dificuldade em recrutar, mesmo com altos salários, os cem trabalhadores agrícolas de que a propriedade carecia. As experiências tentadas com minhotos directamente contratados não satisfiz e a tentativa de recrutar gente na Beira fracassou completamente, fazendo que Eugénio de Almeida se persuadisse de que apenas lhe convinham lavouras pequenas, mas perfeitas, «e que devo abandonar a ideia de lavrar grandes extensões de terra com muitas despesas para tirar delas apenas uma mesquinha colheita»<sup>89</sup>. A consequência lógica era a mudança na orientação relativa à aquisição de terra que ocorreu por volta de 1855 e que levou agora a preferir o arrendamento à exploração directa. Sendo este, por largos anos, o destino do grande número de propriedades entretanto compradas, vale a pena considerar pelo menos alguns aspectos desta forma de administração do património fundiário.

Um dos mais importantes é, sem dúvida, o da duração dos contratos de arrendamento, considerado na época um dos factores que desmotivavam os rendeiros para um maior empenho produtivo e para a realização de benfei-

<sup>87</sup> Carta a Joaquim Higino Ribeiro Neves, Portimão, Agosto de 1850: ACEA, Reguengo do Alvor — Copiador de Cartas-A, carta n.º 586.

<sup>88</sup> Carta a António de Abreu Couceiro, Portimão, Junho de 1855: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1791. Sobre os problemas da administração directa das propriedades do Algarve ver Helder Adegar Fonseca, *História do Reguengo do Alvor* (em preparação).

<sup>89</sup> Carta a António Maria de Pádua, Portimão, Dezembro de 1854: ACEA, Copiador de Cartas, 1854-55, carta n.º 1678.

torias. Em relação a esta matéria, a atitude de Eugénio de Almeida era clara: nos arrendamentos das propriedades que à partida considerava parte integrante do tal capital que pretendia consolidar em bens fundiários praticava arrendamentos longos, de 6 a 8 anos, que eram normalmente renovados. O Reguengo de Alvor, por exemplo, até finais da sua vida e mesmo do século XIX esteve arrendado sempre à mesma família. Cumpria-se assim uma previsão feita em 1857: «[...] é minha intensão não procurar outro rendeiro que não seja V. S.<sup>a</sup> ou seus herdeiros. Seria injusto que a troco de algumas moedas mais, eu procurasse despedir um rendeiro de que sou amigo, que tem empregado um capital importante no trem de lavoira de Reguengo, para o entregar a outro.»<sup>90</sup> Data também deste ano a introdução nos contratos dos seus arrendamentos de uma cláusula que «pela forma como está redigida é completamente nova entre nós e não conheço nenhuma que dê mais garantias ao rendeiro e que mais o deva levar a tratar as propriedades arrendadas como se elas fossem suas». Basicamente, estabelecia-se um arrendamento de 6 a 9 anos e, caso até ao 4.º ano o rendeiro ou senhorio não pretendessem alterar a situação, o contrato ficava automaticamente renovado por mais 6 anos<sup>91</sup>.

Se nestas terras «para consolidação» pretendia conservar rendeiros antigos, nas propriedades que considerava disponíveis para o mercado de compra e venda preferia indiscutivelmente os arrendamentos a curto prazo (3 anos) ou mesmo sem prazo. Ilustrativa desta atitude era, em 1869, a sua «deliberação positiva de vender todas as propriedades que comprei ao Sr. José do Vale ou de as trocar por outras próximas das que tenho em Évora e nas suas vizinhanças», donde que «um arrendamento longo ou feito por baixo preço seria um estorvo para essa venda»<sup>92</sup>.

Quanto à fixação do montante das rendas, fim último de todos estes esforços, também aqui naturalmente havia regras, a principal das quais era a rendabilização, dentro daquilo que Eugénio de Almeida entendia ser justo, do capital imobilizado. Por isso, em regra, a aquisição de qualquer propriedade era seguida de um reajuste na renda, sobretudo quando se tratava de prédios arrematados à Fazenda Pública ou a instituições pias, ou obtidos de vínculos onde a má administração imperava. Referindo-se a um destes casos, em 1850, escrevia ao seu representante no Alentejo: «Aquelas propriedades teem andado, há muitos anos, pessimamente administradas. Pertenciam a uma senhora quase decrepita e que apenas era usufrutuária dos seus rendimentos até que há poucos meses as comprou à Fazenda Pública, e o seu representante nessa província era um padre velho, sem zelo e sem método de administrar [...] De tudo isto resulta que a maior parte delas anda arrendada por um preço muito inferior ao seu justo valor. Isto não pode continuar assim. É preciso aumentar o preço dessas rendas todas.»<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> Carta a António Joaquim da Silva Negrão, Portimão, Junho de 1857: ACEA, Copiador de Cartas, 1857-58, carta n.º 2117.

<sup>91</sup> Minuta de contrato de arrendamento de 1857: ACEA, Copiador de Papéis Diversos-A, doc. n.º 178. Em alguns contratos, excepcionais é certo, previa-se mesmo a atribuição de uma indemnização por benfeitorias realizadas ao rendeiro caso este fosse «despedido» antes dos prazos acordados (Arrendamento do Reguengo do Alvor a António Joaquim da Silva Negrão: 1855-56 a 1864-65).

<sup>92</sup> Carta a Miguel Afonso de Arce Cabo, Vila Alva, Setembro de 1869: ACEA, Copiador de Cartas, 1869-70, carta n.º 5940.

<sup>93</sup> Carta a Joaquim Felizardo da Cunha Osório, Elvas, Julho de 1850: ACEA, Copiador de Cartas, 1850, carta n.º 544.

Dentro deste princípio da rendabilidade razoável, a renovação de um arrendamento era muitas vezes também motivo para uma actualização, que se impunha pela evolução, nesta época ascendente, do valor das propriedades. Nisto influíam não só a elevação dos preços dos géneros e a modernização dos transportes, mas também o próprio estado de cada propriedade, fruto tanto do maior ou menor cuidado dos rendeiros, como das benfeitorias que Eugénio de Almeida nelas fazia e onde por vezes gastava somas substanciais. Daí que nos contratos de arrendamento estivessem minuciosamente estipuladas todas as obrigações do rendeiro em matéria de salvaguarda de uma eventual degradação do imóvel e que os administradores estivessem constantemente advertidos para uma verificação apertada do seu cumprimento. Daí também que Eugénio de Almeida chegasse por vezes ao ponto de preferir despedir um rendeiro de uma propriedade com potencial, a fim de a melhorar antes de a pôr de novo à renda. Como explicava a um seu administrador em 1864: «[...] não é a ideia de tirar mais algumas dezenas de mil réis [pelo aumento da renda] que me faz desejar que esta herdade [recém-adquirida] passe para a minha posse. Outra é a razão [...] é a convicção em que estou de que os melhoramentos de limpeza radical de que esta herdade precisa [...] demorados, muito dispendiosos, como o próprio rendeiro confessa, e de tardio resultado, só podem ser feitos convenientemente pelo senhorio [...] [para atingir] o fim que eu principalmente procuro, que é o de dar valor no futuro a esta propriedade [...]»<sup>94</sup>

## V

A carreira desta grande figura do capitalismo português de Oitocentos que aqui retratámos mostra que a sociedade «burguesa» era bem mais complexa do que aquela que aparece caricaturada em alguma literatura da época e que acabou por ser transferida em certa medida para o discurso histórico actual de um modo nem sempre muito crítico. Longe de nos fornecer um caso de opções e de interesses bem definidos, Eugénio de Almeida revela-se-nos como um exemplo de difícil enquadramento na tipologia que tem vindo a ser usada para esta finalidade. De facto, se é verdade que os negócios do Estado, as compras de terras e as aplicações na Dívida Pública — os «clássicos» do investimento burguês — avultaram na sua estratégia empresarial, ela incluiu muito mais do que isso e foi muito mais rica e dinâmica do que aquilo que as interpretações correntes têm querido admitir. Tão-pouco se encontra nas suas atitudes perante o negócio o eco da personalidade estereotípica do burguês — timorato, avesso ao progresso e sabendo sobretudo, ou mesmo apenas, viver encostado ao Estado.

Embora, como caso singular, não possa servir para demonstração, esta história pessoal ilustra de forma flagrante alguns aspectos importantes do problema do papel da grande burguesia no desenvolvimento económico de Portugal no século XIX. Em particular, serve para mostrar como, partindo das motivações normais de maximização do lucro e valorização do capital, podem fazer todo o sentido as escolhas que têm servido para caracterizar negativamente o contributo da burguesia portuguesa para este processo.

<sup>94</sup> Carta ao Dr. Inácio Fiel Gomes Ramalho, Évora, Dezembro de 1865: ACEA, Copiador de Cartas, 1864-1865, carta n.º 3856.

Alternativas mais «desenvolvimentistas», como, por exemplo, a indústria, existiam de facto e eram conhecidas — no caso de Eugénio de Almeida foram suficientemente experimentadas —, mas não emergem do quadro que estudámos como particularmente atraentes. A inferência que isto sugere é que as circunstâncias económicas em Portugal, pelo menos durante o terceiro quartel do século passado, proporcionavam as melhores oportunidades de lucro sob a forma de empreendimentos menos claramente ligados à modernização do País e a burguesia, funcionando através do mercado, limitava-se a seguir as indicações do mesmo. Assim, pelo menos, se pode interpretar a actuação de Eugénio de Almeida.

Embora tentadora, esta conclusão está longe de encerrar a questão. Fica por responder o argumento segundo o qual, se as condições prevaletentes eram estas, elas resultavam, pelo menos em certa medida, da expressão da vontade política da burguesia como elemento dominante no sistema político vigente. Uma vez que o pressuposto deste raciocínio é uma articulação clara e linear entre interesses económicos e atitudes políticas, seria útil examinar também a vida de Eugénio de Almeida deste ponto de vista.

Não é possível, infelizmente, entrarmos aqui no que foram a sua vida pública e o seu comportamento político, que, por si sós, chegariam para ocupar um trabalho pelo menos tão extenso como este. Podemos, no entanto, assinalar alguns aspectos pertinentes, a começar pelo de estar fora de dúvida que tenha sido forte e estreita a sua relação com o poder, dando-lhe, por conseguinte, ampla oportunidade para influenciar os acontecimentos e as instituições. Outro tanto já não se poderá dizer da correspondência entre os seus interesses pessoais e como membro da alta burguesia e as suas tomadas públicas de posição.

Dadas as suas origens e formação, por um lado, e, por outro, a sua carreira como homem de negócios que muito beneficiou com as novas instituições, não surpreende a sua vigorosa adesão ao regime liberal e a sua repulsa pelos «princípios da Antiga Monarquia, da Monarquia Feudal e do privilégio, que eu detesto do fundo do meu coração»<sup>95</sup>. Da mesma forma, é compreensível o seu envolvimento na pacificação da vida política portuguesa de meados do século e o seu apoio a Fontes Pereira de Melo, se considerarmos o contributo dado pela tranquilidade interna para o clima expansivo de negócios que, graças em parte a isto, então se fez sentir.

Num domínio mais específico, o da questão dos vínculos, podemos registar igualmente um paralelismo entre conduta política e vantagem pessoal como empresário. De facto, a sua inclinação para a extinção dos vínculos, evidenciada em vários debates parlamentares, ia plenamente ao encontro daquilo que conhecemos da sua apetência pela compra de bens imobiliários, da relativa escassez da oferta neste mercado e dos benefícios que se podiam retirar da aquisição à velha nobreza de propriedades nestas condições. Defendendo embora sempre soluções moderadas, para Eugénio de Almeida os morgados e capelas não deviam prejudicar «o comércio, nem o direito dos credores, nem a livre disposição e transmissão dos bens»<sup>96</sup>.

Noutros campos também de significativa incidência económica são assinaláveis, no entanto, ambiguidades e contradições que indicam uma com-

---

<sup>95</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, 1841, sessão de 29 de Janeiro (debate sobre a nova proposta de lei sobre os forais).

<sup>96</sup> *Actas das Sessões Públicas da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 1855-56 (parecer n.º 271, apresentado em Junho de 1855).

plexidade maior do que a que é geralmente atribuída à relação entre política e economia. Talvez o exemplo mais expressivo nos seja dado pela controversa questão dos monopólios estatais, um dos componentes clássicos do Antigo Regime e que, talvez por necessidade, o liberalismo português deixou perdurar por largo período. Na prática, como vimos, Eugénio de Almeida participou activamente e lucrou imensamente com um dos mais importantes destes monopólios, o dos tabacos. Apesar disso, aparece-nos durante a mesma década, a de 1840, como um opositor no Parlamento do reestabelecimento da privilegiada Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, para mais tarde, durante o debate na década de 1860 que se abriu sobre a constituição ou não de novo monopólio dos tabacos, aparecer como um dos proponentes da solução de livre concorrência que viria a ser de facto implementada.

A documentação é quase silenciosa acerca do seu comportamento, enquanto vogal do importante Conselho Superior do Comércio, Agricultura e Manufacturas, criado em 1852 para apreciar as questões magnas de índole sobretudo económica que o Governo submetia à sua consideração. O que é digno de nota, porém, é o facto de ele ter sido nomeado para este órgão na qualidade de representante das manufacturas, quando, nessa altura, como se pode verificar no quadro n.º 2, essa actividade era secundária nos seus interesses por comparação com a terra, a finança e os tabacos<sup>97</sup>. Por outro lado, como membro desta Comissão, Eugénio de Almeida participou na grande controvérsia sobre o comércio de cereais que se reacendeu com a crise cerealífera de 1853-54 e que culminou com a liberalização permanente deste comércio em 1865. Durante alguns destes anos foi simultaneamente dono de uma fábrica de farinhas e de propriedades produtoras de cereais em grande escala, o que em si mesmo já aponta para algum conflito interno. Ainda mais curioso é o facto de ter vendido a sua fábrica em 1858, ao mesmo tempo que reforçava os seus interesses fundiários no Alentejo, na altura em que não só a liberalização do comércio estimulava a concorrência estrangeira à agricultura dos cereais em Portugal, mas também ele próprio surgia como crítico do protecçãoismo extremo e defensor de uma abertura do mercado nacional ao exterior<sup>98</sup>.

A ideia de que a burguesia, ou algumas das suas fracções mais poderosas, possam ter tido uma noção clara do sistema político-económico que lhes convinha e que, ainda por cima, o tivessem conseguido concretizar através da institucionalização do Estado liberal tem perdido recentemente alguma da sua indiscutível plausibilidade, tornando-se necessário, por conseguinte, matizá-la. É verdade que, nalguns aspectos muito gerais desse processo, como sejam o sistema de direitos de propriedade ou a natureza e funcionamento das instituições políticas e administrativas, essa noção continua a parecer aceitável e o exemplo dado por Eugénio de Almeida vai indubitavelmente nesse sentido. Por outro lado, a elaboração recente de vários estudos onde se tem mostrado que, longe de vigorar o sistema livre-cambista, a pedra de toque de toda esta argumentação, Portugal foi na realidade, ao longo do século

---

<sup>97</sup> Sobre o funcionamento deste Conselho ver Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas: Livro de Actas do Conselho Superior do Commercio, Agricultura e Manufacturas, CGC 3.

<sup>98</sup> Ver, por exemplo, Livro de Actas do Conselho Superior do Commercio, Agricultura e Manufacturas, 18.ª acta, de 26 de Dezembro de 1855, em que Eugénio de Almeida apresentou um extenso parecer, suscrito também pelo marquês de Ficalho e Morais Soares, sobre a questão dos cereais.

XIX, um dos países mais proteccionistas do continente europeu mostra que, em termos das políticas específicas, esta posição pode ser bem mais difícil de sustentar<sup>99</sup>. O facto é que, nalguns domínios importantes, para além de dificuldades na definição dos objectivos, as opções eram limitadas — neste, a necessidade fiscal era um obstáculo absoluto à liberalização — e bem melhor do que tentar alterar, ao nível do Estado, o inalterável era o ajustamento inteligente das decisões empresariais às oportunidades existentes, inclusive fazendo uso para isso da política.

A actuação de Eugénio de Almeida é bastante elucidativa a este respeito, mas, enquanto não dispusermos de estudos sobre outras grandes figuras do capitalismo português do século passado, apenas poderemos conjecturar e sugerir pistas como as que têm surgido nestas páginas. Graças a elas, no entanto, a imagem de uma grande burguesia a guiar firmemente os destinos económicos da grei e a submetê-los aos seus interesses particularísticos esbate-se um tanto e compreendem-se melhor carreiras empresariais como a de um Eugénio de Almeida, em constante adaptação a um conjunto variável de circunstâncias que estava longe de controlar, ainda que ele e os seus pares sem dúvida o tivessem querido fazer.

---

<sup>99</sup> J. Reis, «O atraso económico português [...]», in *op. cit.*, pp. 12-13; J. D. G. Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional [...]*, pp. 169-178; Pedro Lains, «O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização concorrencial», in *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 481-503.